

Faculdade Economia
Universidade de Coimbra



Relatório de Estágio

Contributos do PNUD para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe



Relatório de Estágio apresentado na
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,
sob orientação da Doutora Maria Adelaide Duarte

Ivan Mónica Santos Costa

Coimbra, 2010



Universidade de Coimbra

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer a minha família, em especial aos meus pais, a minha eterna gratidão, por me terem proporcionado esta possibilidade de poder estudar e de poder estar presente em São Tomé para estagiar, estando sempre ao meu lado e a apoiar em alturas em que eu precisava, sem eles eu teria uma maior dificuldade em terminar este trabalho.

Quero também agradecer ao meu orientador de estágio, Dr. António Viegas por me ter proporcionado esta possibilidade de estagiar no PNUD e a minha orientadora Dr.^a Maria Adelaide Duarte, pela ajuda preciosa que dispôs na orientação essencial a obtenção deste relatório. Por último, quero agradecer aos colegas do PNUD e amigos, que estiveram que me apoiaram e se dispuseram para debater acerca do relatório.

Índice

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	9
1. CONTEXTO HISTÓRICO.....	9
2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO	9
3. CONTEXTO MACROECONÓMICO.....	12
4. FACTORES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	17
4.1. <i>A Geografia</i>	17
4.2. <i>Capital humano</i>	20
4.3. <i>Capital Físico e Desenvolvimento Financeiro</i>	23
4.4. <i>Integração económica/Comércio externo</i>	27
4.5. <i>As Instituições</i>	29
5. TEORIA DA ARMADILHA DA POBREZA DE ÁFRICA E O “BIG PUSH” E A IMPORTÂNCIA DO PNUD EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	34
CAPÍTULO III - O PAPEL DO PNUD NO DESENVOLVIMENTO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	37
1. O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).....	37
2. O QUADRO DE COOPERAÇÃO COM O PAÍS.....	40
2.1. <i>O Common Country Assessment (CCA)</i>	40
2.2. <i>O United Nations Development Assistance Framework (UNDAF)</i>	41
3. DOMÍNIO DAS ACTIVIDADES PRIORITÁRIAS DO PNUD	43
3.1. <i>Eliminação da pobreza e meios de subsistência sustentáveis</i>	44
3.2. <i>Promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento humano sustentável</i>	45
3.3. <i>Protecção e regeneração do meio ambiente</i>	46
3.4. <i>Igualdade de género e promoção da mulher</i>	47
4. OS RECURSOS GERIDOS PELO PNUD	48
5. AVALIAÇÃO NO PNUD	49
5.1. <i>A Avaliação do projecto</i>	50
5.2. <i>Coerência do projecto</i>	51
5.3. <i>Avaliação da eficácia do projecto</i>	54
5.4. <i>Avaliação do impacto do projecto</i>	58
5.5. <i>Avaliação da sustentabilidade do projecto</i>	60
6. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO ESTÁGIO CURRICULAR.....	61
CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO	64
1. CONSIDERAÇÕES PESSOAIS	64
2. ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O FUTURO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	65
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	67
ANEXOS.....	69
ANEXO 1: PROJECTOS EM CONCLUÍDOS OU EM DECURSO NO PNUD.....	69
ANEXO 2: AVALIAÇÃO NO PNUD DEVE SER:.....	70
ANEXO 3: RESUMO DOS OBJECTIVOS ALCANÇADOS PELO PROJECTO.....	71

Lista de Quadros

Quadro 1: Evolução da Dívida Externa de STP, valores em milhões de USD	10
Quadro 2: Bónus de petróleo e Conta Nacional do Petróleo (milhões de US dólares)	11
Quadro 3: Ranking IDH, 2009	12
Quadro 4: Evolução da População	12
Quadro 5: Evolução da População	12
Quadro 6: Evolução do Produto Interno Bruto em São Tomé e Príncipe	13
Quadro 7: Constituição para o PIB em 2005 (%).....	13
Quadro 9: Evolução da Taxa de Inflação, 2002-2009.....	14
Quadro 11: Evolução da massa monetária, em milhões de Dobras	15
Quadro 10: Evolução da base monetária e da taxa de câmbio	15
Quadro 12: Finanças do Estado, valores em percentagem do PIB	16
Quadro 13: As características da agricultura.....	19
Quadro 14: Evolução dos indicadores do ensino básico	21
Quadro 15: Evolução dos indicadores do Ensino secundário	21
Quadro 16: Despesa no sector da Educação em milhões de USD	21
Quadro 17: Evolução dos indicadores da saúde, 2005-2008.....	23
Quadro 18: Evolução de despesas com o sector de Saúde em Milhões de USD	23
Quadro 19: Evolução das taxas de juros	24
Quadro 20: Obtenção do crédito	24
Quadro 21: Evolução do uso das telecomunicações	26
Quadro 22: Balança Comercial, milhões de USD.....	28
Quadro 23: Evolução do preço e do volume de exportação do cacau.....	28
Quadro 24: Distribuição geográfica das exportações em % do total das exportações	28
Quadro 25: Distribuição Geográfica das importações em % do total das importações	29
Quadro 26: Comércio além das fronteiras.....	29
Quadro 27: Evolução do ranking do índice dos indicadores de governação em São Tomé e Príncipe	31
Quadro 28: Ranking do índice dos Indicadores de Governação em São Tomé e Príncipe	31
Quadro 29: Estrutura das despesas em São Tomé e Príncipe 2000/2001 (%).....	34
Quadro 30: Distribuição dos Recursos do PNUD em São Tomé e Príncipe.....	48

Lista das Abreviaturas

ACT - Artemisinina
ADB - African Development Bank
AFRISTAT - Observatório de Estatística e Económica África Subsaariana
AGER - Autoridade Geral de Regulação
BCSTP - Banco Central de São Tomé e Príncipe
BM - Banco Mundial
CCA - Common Country Assessment
CEMAC - Comunidade Económica e Monetária da África Central
CPAP - Country Programme Action Plan
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações
CWIQ - Core Welfare Indicator Questionnaire
DAS - Debt Sustainability Analysis
DP - Departamento de Planeamento
EMAE - Empresa de Água e Electricidade
EU - União Europeia
FAO - Food and Agriculture Organization
FCD - Foreign Currency Deposits
FMI - Fundo Monetário Internacional
GEF - Global Environment Fund
GFATM - Global Fund to Fight Aids, Tuberculosis and Malaria
HIPC - Heavily Indebted Poor Country
ICCO - International Cocoa Organization
IDE - Investimento Directo Estrangeiro
IDS - Inquérito Demográfico e de Saúde
INESTP - Instituto Nacional de Estatística São Tomé e Príncipe
ISP - Instituto Superior Politécnico
LAN - Local Area Network
NEPSD - National Environmental Plan for Sustainable Development
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMDs - Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
ORP - Observatório da Redução da Pobreza
PAP - Plano de Acção Prioritárias
PEAT - Programa Expandido de Assistência Técnica
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSP - Poverty Reduction Strategy Paper
PSDRP - Plano Estratégico de Desenvolvimento e de Redução da Pobreza
QUIBB - Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar
STP - São Tomé e Príncipe
UE - União Europeia
UN - United Nations
UNCDF - United Nations Capital Development Fund
UNCT - United Nation Country Team

UNDAF – United Nations Development Assistance Framework

UNDEF - United Nation Democracy Fund

UNEG - United Nations Evaluation Group

UNFIP - United Nation Fund for International Partnerships

UNFPA - United Nations Population Fund

UNICEF - United Nations Children's Fund

UNIFEM - United Nations Development Fund for Women

UNV - United Nations Volunteers

USD – United States Dollar

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

WGI - Worldwide Governance Indicators

WFP - World Food Programme

WHO - World Health Organization

Capítulo I – Introdução

Este relatório de estágio é o culminar dos meus estudos do 2º ciclo, conducentes à obtenção do grau de Mestre em economia, especialidade crescimento económico e políticas estruturais, FEUC. Reflete os conhecimentos e competências adquiridas na parte escolar do referido Mestrado e no estágio curricular que decorreu no PNUD, São Tomé e Príncipe com uma duração de 6 meses (Outubro de 2009 à Março de 2010). A forte interligação entre as disciplinas de especialidade de Mestrado e a natureza do estágio por mim frequentado permitiram que tivesse cumprido as tarefas do estágio que me foram propostas com maior facilidade e que procurasse resposta, através do estudo de tópicos do crescimento económico e desenvolvimento, a questões que me foram sendo suscitadas ao longo do referido estágio.

O relatório de estágio deve analisar as actividades desenvolvidas pelo estagiário à luz dos conhecimentos científicos e instrumentos de análise adquiridos na parte escolar do Mestrado. Por essa razão, consideramos que as actividades por nós desenvolvidas só poderiam ser correctamente perspectivadas, se previamente caracterizássemos a realidade económica de São Tomé e Príncipe, quer no que toca às suas características macroeconómicas de curto prazo, quer no tocante aos factores de crescimento económico. Sem essa reflexão prévia, é difícil perspectivarmos as políticas do PNUD para o país. Seguidamente, optámos por caracterizar o PNUD como agência das Nações Unidas, mas sempre tendo em vista a sua intervenção em São Tomé e Príncipe. A actividade por mim desenvolvida no seio do estágio é relatada na última secção do capítulo 3 visto que ela só pode ser cabalmente percebida depois de ter sido analisada com algum detalhe a metodologia da avaliação do PNUD.

O relatório de estágio foi elaborado a partir de consultas de fontes bibliográficas, manuais de procedimentos e de recolha de dados, procurando dar uma visão acerca dos principais aspectos macroeconómicos e dos determinantes do crescimento económico em São Tomé e Príncipe, com base nas teorias dos factores de crescimento. Além disso, o relatório procura elucidar as políticas da entidade de acolhimento e realçar a sua importância para o desenvolvimento do país, através das teorias da armadilha da pobreza e do “big push”, sendo uma parte dedicada ao estudo da avaliação dos projectos relacionados com o alcance dos objectivos a médio e longo prazos da organização em causa.

O relatório de estágio está organizado em quatro capítulos, para além da introdução. No capítulo dois, denominado “Caracterização Económica de São Tomé e Príncipe”, são analisados os contextos socioeconómico e macroeconómico, bem como os factores de crescimento económico, sendo esta última análise baseada na tipologia de factores de crescimento de Rodrik, 2003. Finalmente, analisam-se as teorias de armadilhas da pobreza que explicam, segundo um conjunto de autores, o fracasso do crescimento da África Subsariana nos últimos 40 anos do século XX e constituíram a principal fundamentação económica das políticas dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento implementadas pelas Nações Unidas. Sem a compreensão desta fundamentação económica não se poderá perceber seguramente que o desenvolvimento dos países pobres em África deva ser conseguido a custa da ajuda externa que permitirá o financiamento do “Big Push” (Sachs, 2004).

No capítulo 3, intitulado “O papel do PNUD no Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe”, é analisado o quadro de cooperação com o país em que são descritos os principais instrumentos ao dispor do PNUD para a implementação das suas políticas e relacionamento com os agentes nacionais, de seguida descrevem-se as actividades prioritárias da organização que estão intimamente relacionadas com o conceito central do desenvolvimento humano sustentável e com o conceito pobreza. Em terceiro lugar, analisa-se com algum detalhe, a filosofia e os procedimentos de avaliação do PNUD. Finalmente, as actividades desenvolvidas pelo estagiário no âmbito da agência do PNUD em São Tomé e Príncipe são descritas e analisadas na última secção deste capítulo. E no capítulo 4 conclui-se.

Capítulo II - Caracterização Económica de São Tomé e Príncipe

1. Contexto Histórico

São Tomé e Príncipe é uma pequena nação constituída por duas ilhas situada sobre a linha do Equador, ao largo da costa ocidental africana. Durante cerca de 500 anos, até ao momento da independência, em 1975, foi uma colónia portuguesa, funcionando durante a maior parte daquele período como uma economia de escravatura, produzindo inicialmente açúcar e depois cacau. Tal como a maioria dos países africanos que deixavam a colonização para trás, São Tomé e Príncipe começou com um sistema parlamentar em regime de partido único. No início dos anos 90, o país começou a implementar reformas democráticas e a encaminhar-se para um regime multipartidário. Este sistema encontra-se já fortemente enraizado, tendo-se realizado em 2006 as quartas eleições parlamentares. O cacau continua a ser a primeira cultura de exportação, cultivado em pequenas parcelas de poucos hectares distribuídas pelas vastas propriedades das antigas fazendas portuguesas.

Figura 1: Localização geográfica de São Tomé e Príncipe



Fonte: Wikitravel, 2010.

2. Contexto Socioeconómico

Os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs)

Em Setembro de 2000, por iniciativa da Assembleia Geral das Nações Unidas teve lugar em Nova Iorque a Cimeira Mundial do Milénio que reuniu representantes de 189 países, dos quais 147 eram chefes de Estado, entre eles o Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, daí resultando a adopção da Declaração do Milénio. O compromisso foi traduzido por uma parceria conjunta, em que os países pobres comprometeram-se melhorar a sua governação, enquanto os países ricos assumiram a responsabilidade de aumentar a assistência oficial ao desenvolvimento, garantir a redução da dívida, o acesso aos mercados e a transferência de tecnologias aos países pobres. A declaração incorporou metas anteriormente acordadas para o desenvolvimento internacional, e deu origem a uma série de objectivos para o desenvolvimento, que ficaram conhecidos como os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs). Estimulados pela Declaração, os líderes dos países desenvolvidos e dos países em vias de desenvolvimento acordaram o compromisso de atingir esses objectivos em 2015.

Figura 2: Os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento



Fonte: United Nations, 2010.

Os oito objectivos definidos são os seguintes: 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome, 2) Alcançar o ensino primário universal; 3) Promover a igualdade de género e dar poder às

mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater a HIV/Sida, a malária e outras doenças; 7) Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8) Promover parcerias para o desenvolvimento.

Estratégia Nacional de redução da pobreza

Em 2002 o Governo de São Tomé e Príncipe elaborou o documento Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (PRSP), esse documento deu ao Governo de São Tomé e Príncipe uma maior possibilidade de enfrentar os défices do desenvolvimento de uma forma articulada e coerente. Este documento representa o resultado de análise sobre a situação do País, bem como um pacote de medidas, cuja materialização visava superar as causas da pobreza em São Tomé e Príncipe a médio e longo prazos e lançar as bases para a criação de condições que viabilizassem o desenvolvimento e propiciassem o bem-estar dos cidadãos. A iniciativa da sua elaboração foi motivada pela percepção dos problemas com que o País se confrontava nos mais variados domínios e que têm contribuído para uma situação de empobrecimento quase generalizado. O presente documento projecta o plano estratégico de São Tomé e Príncipe para a redução da pobreza através de cinco eixos:

- Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
- Crescimento acelerado e redistributivo;
- Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres;
- Desenvolvimento de recursos humanos e acesso aos serviços sociais de base;
- Adopção de mecanismos de acompanhamento, avaliação e actualização da estratégia.

Em Plano de Acção propõe-se o cumprimento dos seguintes objectivos globais que constituem a materialização dos eixos estratégicos acima mencionados, com vista à redução da pobreza num horizonte que se estende até 2015:

- Promover o reforço da capacidade institucional e uma política de boa governação.
- Alcançar um ritmo de crescimento do PIB anual de 5% a partir de 2003;
- Reduzir para metade a percentagem da população santomense que vive na situação de pobreza até 2010, e a menos de 1/3 até 2015;
- Conseguir até 2015 o acesso de toda a população aos serviços sociais básicos e promover a melhoria da sua qualidade de vida;
- Reduzir consideravelmente as diferenças sociais e de género, entre os distritos e entre estes e a Região Autónoma de Príncipe, bem como entre a população urbana e rural;

Heavily Indebted Poor Country

No período 1992-1999, a dívida externa do país conheceu um ritmo de crescimento acelerado passando de 172 milhões USD para 294 milhões USD, sendo que 168.1 milhões USD correspondem a dívida multilateral e 125.9 milhões USD a dívida bilateral, como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 1: Evolução da Dívida Externa de STP, valores em milhões de USD								
Indicador	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Stock da dívida externa	172.0	185.4	205.5	238.0	229.5	238.3	275.7	294.0
Multilateral	111.1	122.4	142.9	159.3	162.3	162.9	162.3	168.1
Bilateral	60.9	63.0	62.6	78.7	67.2	75.4	113.4	125.9

Fonte: Estratégia Nacional de Redução da Pobreza São Tomé e Príncipe, 2002.

Devido ao desempenho das políticas de estabilização macroeconómica considerado satisfatório entre 1998 e 2000, o país assegurou as condições para negociar com os seus parceiros bilaterais

e multilaterais a questão da dívida externa e da sua sustentabilidade atingindo em Dezembro de 2000 o Ponto de Decisão do programa *Heavily Indebted Poor Country* (HIPC), uma iniciativa do FMI designada para o perdão da dívida pública de modo a assegurar que nenhum país pobre tenha um encargo da dívida externa que não consiga gerir e que facilite o alcance dos OMDs. Por outro lado, também ficou estabelecido entre o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) condições para que o País atinja o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC em 2003, estas condições incluíam a consolidação do bom desempenho ao nível macroeconómico e a elaboração do PRSP, através do processo participativo que envolvesse todas as forças do País.

Em 2007, o FMI anunciou que São Tomé e Príncipe tinha atingido satisfatoriamente o Ponto de Conclusão do programa de redução da dívida para os países pertencentes ao HIPC, beneficiando assim de perdão de uma parte das dívidas acumuladas, cerca de 42% da dívida externa em relação ao ano de 2006, e ficou acordado a utilização dos recursos financeiros destinados ao pagamento dos serviços da dívida externa em projectos prioritários para a redução da pobreza.

Bónus de petróleo e Conta Nacional do Petróleo

As possibilidades de existência de petróleo em águas definidas como Zona Económica Exclusiva santomense, levaram o seu poderoso vizinho nigeriano a definir as suas fronteiras marítimas e a forçar São Tomé e Príncipe a assinar um Tratado que regula a exploração conjunta dos recursos existentes na chamada Zona de Exploração Conjunta. Foi assim constituída uma Autoridade Conjunta que faz a gestão dos recursos existentes na referida Zona, enquanto não se estabelecem as fronteiras marítimas entre os dois Países.

Quadro 2: Bónus de petróleo e Conta Nacional do Petróleo (milhões de US dólares)				
Indicador	2005	2006	2007	2008
Bónus de Petróleo	49	0	29	0
Conta Nacional de Petróleo (balanço anual)	23.3	8.6	14.9	12.2

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2009.

Nos anos recentes, o sector público recebeu apoio através de uma grande entrada de fluxo do bónus de assinatura do petróleo por parte da Nigéria. Desde 2005, o país recebeu cerca de \$78 milhões USD, tendo sido a principal fonte de financiamento da grande e crescente despesa do Estado, dos quais apenas restam \$12 milhões USD.

3. Contexto Macroeconómico

Índice de Desenvolvimento Humano

De acordo com o último relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD em 2009, STP é considerado um país de desenvolvimento médio, ocupando a 131ª posição com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.651. Em comparação com o grupo dos países PALOPs e Portugal, o IDH de São Tomé e Príncipe é apenas ultrapassado por Portugal e por Cabo Verde.

Quadro 3: Ranking IDH, 2009		
Classe	País	IDH
34º	Portugal	0,909
121º	Cabo Verde	0,708
131º	São Tomé e Príncipe	0,651
143º	Angola	0,564
172º	Moçambique	0,402
173º	Guiné-Bissau	0,396

Fonte: Relatório Desenvolvimento Humano, 2009.

A população

Segundo os dados do recenseamento da população e habitação realizada no ano de 2001, a população de São Tomé e Príncipe era de 137.599 habitantes, dos quais 5.599 viviam na ilha de Príncipe. A taxa de crescimento demográfico era de 1,6% em 2001. A população urbana é a dominante em São Tomé e Príncipe com 54,5% da população total. A repartição da população por sexo mostra uma tendência para o equilíbrio com uma população masculina de 68.236 (49,6%) e feminina de 69.363 (50,5%).

Quadro 4: Evolução da População				
Indicador	2006	2007	2008	2009
Nº de população (em milhões)	0.160	0.164	0.167	0.171
Taxa de crescimento da população	2,60%	1,90%	2,50%	1,80%

Fonte: World Economic Outlook, 2010.

Os dados daquele recenseamento mostram que a população de São Tomé e Príncipe é uma população relativamente jovem com uma esperança de vida à nascença estimada em cerca de 63,9 anos. De acordo com os dados da tabela, a população de São Tomé e Príncipe atingiu os 160 mil habitantes em 2006, tendo atingido os 171 mil habitantes em 2009, com uma taxa de crescimento a volta de 2% ao longo desses 4 anos.

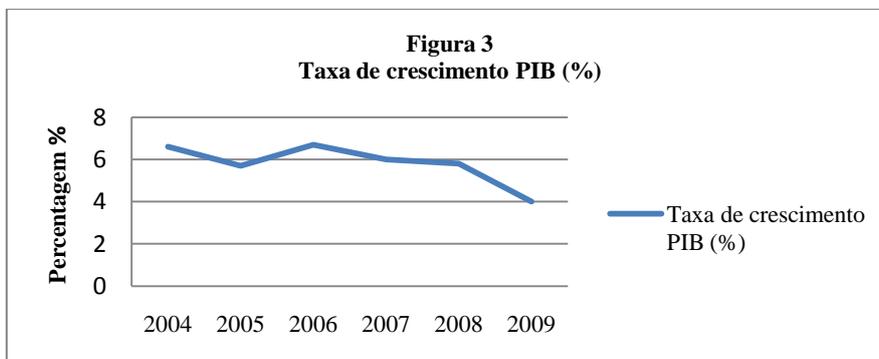
Quadro 5: Evolução da População					
País	2005	2006	2007	2008	2009
São Tomé e Príncipe	0.157	0.160	0.164	0.167	0.171
Angola	15.412	15.864	16.329	16.808	17.312
Cabo Verde	0.476	0.485	0.491	0.504	0.513
Guiné-Bissau	1.473	1.507	1.541	1.575	1.610
Moçambique	19.551	19.942	20.340	20.747	21.162
Portugal	10.529	10.570	10.599	10.618	10.644

Fonte: World Economic Outlook, 2010.

Em comparação com a quantidade populacional de cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a população portuguesa, São Tomé e Príncipe é o país que apresenta menor quantidade da população existente no grupo daqueles países.

Produto Interno Bruto

Nos últimos anos, a economia de São Tomé e Príncipe tem apresentado um desempenho estável, tal como demonstra a evolução do PIB. Em 2008 São Tomé e Príncipe teve um forte crescimento económico, derivado do investimento directo estrangeiro nas construções, comércio, turismo e sector de serviços. O crescimento real do PIB é estimado para um valor de 4% em 2009 após uma taxa média anual de 6% nos últimos quatro anos.



Fonte: Elaborado pelo autor

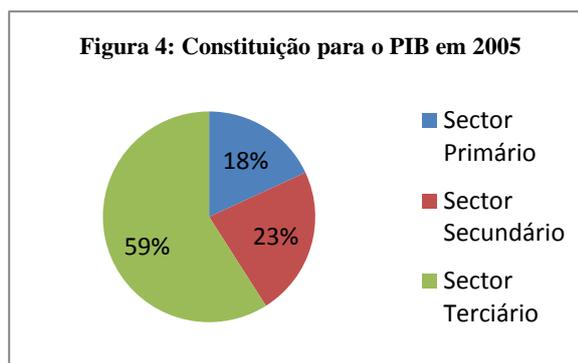
Quadro 6: Evolução do Produto Interno Bruto em São Tomé e Príncipe						
Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de crescimento PIB (%)	6.6	5.7	6.7	6.0	5.8	4
PIB per capita (USD)	730.98	763.98	764.26	920	1.020	1.174

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2009.

A actividade económica manteve-se robusta de 2004 até 2008, com crescimento real do PIB em média de 6 por cento ao ano. As construções, as comunicações e outros sectores de serviços ligados ao turismo continuaram a ser os principais impulsionadores do crescimento do produto com base no investimento directo estrangeiro. No entanto, depois de vários anos de crescimento robusto, em média 6% ao ano, a actividade económica em São Tomé e Príncipe abrandou em 2009 para 4% devido à queda acentuada do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), que em parte reflecte o impacto da crise global, afectando negativamente as actividades de construção e relacionadas com o comércio.

Quadro 7: Constituição para o PIB em 2005 (%)	
Sector Primário	18.1
Dos quais:	
Agricultura	11.3
Pesca	6.8
Sector Secundário	22.9
Dos quais:	
Indústria e energia	8.5
Construção	14.4
Sector Terciário	59
Dos quais:	
Comercio e transporte	35.1
Administração Pública	4.9
Instituições financeiras	2.1
Outros serviços	16.9

Fonte: Banco de Portugal, 2009.

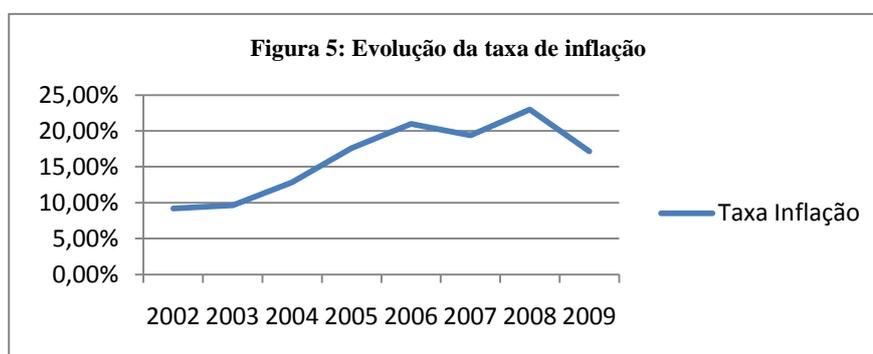


A economia de São Tomé e Príncipe baseia-se, essencialmente, no sector primário dominado pela agricultura cuja plantação do cacau ocupa 80% das terras agrícolas pertencentes ao Estado, mas contribui com apenas 18% na formação do PIB em 2005, aproximadamente. No sector secundário, a actividade é confinada principalmente à indústria agro-alimentar, representada por empresas públicas ou mistas de primeira transformação: cervejaria, tratamento do peixe, óleo de palma, tijolo, cerâmica, impressão. Existem também pequenas unidades privadas, mais

artesanais: produção de madeira, artesanato decorativo, panificação e sabão. As indústrias ainda ocupam uma posição marginal no ambiente económico de São Tomé e Príncipe, e o sector secundário contribui com cerca de 23% do PIB em 2005. O sector terciário, que abrange o comércio, os transportes, o turismo e outros serviços, é o sector que mais contribui para a economia com 59% do PIB em 2005.

Taxas de inflação

De 2002 à 2003 as autoridades santomenses, através da implementação de um conjunto de medidas, nomeadamente a liberalização do mercado cambial em 1998 e o rigor orçamental, conseguiram reduzir os níveis de inflação para valores inferiores a 10%. Contudo, a partir de 2004, tem-se registado a tendência para o aumento da inflação atingido em 2008 o valor de 23%.



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 8: Evolução da Taxa de Inflação, 2002-2009								
Indicador	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa Inflação	9,20%	9,63%	12,82%	17,6%	21,0 %	19,4%	23,0%	17,14%

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2009.

De 2005 até 2006 a taxa de inflação aumentou para 21%, como resultado de uma combinação de factores exógenos temporários e de políticas orçamental e monetária expansionistas. Do lado da oferta da economia, a escassez de alimentos e o aumento significativo dos preços dos combustíveis, de modo a se aproximarem dos preços mundiais, contribuíram para o aumento da inflação. Durante esse período, também ocorreu uma grande entrada de capitais privados inesperada e relacionada com a criação de *Foreign Currency Deposits* (FCD), que permite efectuar depósitos em moeda estrangeira, juntamente com algumas despesas orçamentais imprevistas para o período eleitoral impulsionaram a base monetária, o crédito à economia e moeda em sentido lato (M3).

A taxa de inflação continuou a ser elevada para o período de 2007 para 2008, como reflexo da subida dos preços internacionais dos alimentos e do combustível importados e da depreciação da Dobra, a moeda nacional. Em 2007, a inflação reflecte, em parte, a não esterilização do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) do crescimento liquidez decorrentes da utilização do fundo Conta Nacional do Petróleo (NOA) para financiar o défice orçamental. Além disso, durante o ano de 2007 e 2008, as autoridades retiraram as tarifas dos serviços públicos e de combustível de modo a aproximá-los dos preços mundiais.

A taxa de inflação tem diminuído continuamente desde final de 2008 até o período de 2009, reflectindo principalmente a queda dos preços internacionais dos alimentos e dos produtos petrolíferos. A queda dos preços de alimentos, a maior parte dos quais importados, representa mais de 70 % do cabaz do índice de preços ao consumidor, aliada a uma política orçamental e monetária mais restritiva adoptada pelas autoridades ajudaram a conter a inflação nos 17,14%.

Base monetária

Entre 2005 e 2009, o país experimentou duas experiências de acentuado crescimento da base monetária. Em 2005, os depósitos denominados em moeda estrangeira aumentaram substancialmente devido à entrada de mais capital estrangeiro para o país na expectativa de perspectivas lucrativas futuras da actividade petrolífera e também devido à dolarização/eurorização do sistema bancário que evoluiu juntamente com a depreciação da Dobra, moeda nacional.

Quadro 9: Evolução da massa monetária, em milhões de Dobras					
Indicador	2005	2006	2007	2008	2009
Massa Monetária (M3)	432,5	603	822	1.110	1.203
Dos quais:					
Massa Monetária em moeda nacional	198,5	253	313	498	551
Moeda (M1)	180,3	226	286	454	504
Circulação monetária	72,5	92	110	120	149
Depósitos à ordem	107,8	133	176	334	355
Depósitos a prazo	18,2	28	27	44	47
Depósitos em moeda estrangeira	234	349	509	612	652

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2010.

Em resposta, os bancos comerciais tiveram de aumentar as suas reservas em moeda estrangeira no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) para atender os requisitos de reservas obrigatórias. Enquanto parte do crescimento da base monetária era devido ao forte fluxo para o sistema bancário em moeda estrangeira, em 2007 o aumento da base monetária resulta principalmente da acção do Governo em retirar substancialmente uma parte dos seus depósitos de bónus de assinatura de petróleo junto do BCSTP e do uso das doações internacionais, a fim de aumentar as despesas públicas.

Taxa de Câmbio e Acordo de Cooperação Económica

O Governo de São Tomé e Príncipe assinou em Julho de 2009 um acordo com a República Portuguesa, tendo como um dos principais objectivos reforçar a estabilidade macroeconómica e financeira de São Tomé e Príncipe. Este acordo entrou em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 2010, tendo como resultado o *pegging* da Dobra ao Euro. Assim, a taxa de câmbio entre a Dobra e o Euro passou a ser definida como uma relação de paridade fixa, com o valor da taxa de câmbio a ser fixado pelo Banco Central de 1€ equivalente a 24.500 Dobras, moeda local.

Quadro 10: Evolução da base monetária e da taxa de câmbio					
Indicador	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de câmbio (dobras por US\$)	11.930	12.945	14.220	15.228	17.061
Taxa de câmbio (dobras por Euro)	13.070	15.630	18.652	21.693	24.500

Fonte: Banco de Portugal, 2009 e Banco Central de São Tomé e Príncipe, 2009.

A entrada em vigor do Acordo de Cooperação Económica em 1 de Janeiro de 2010 não implica a substituição da Dobra pelo Euro, significando apenas que o euro passará a ser a moeda de referência, estando a Dobra em circulação como sempre. Com este acordo, o Governo de São Tomé e Príncipe assume o compromisso de conduzir uma política macroeconómica, com

destaque para as políticas orçamental e monetária, compatível com a manutenção da paridade cambial e o Governo português compromete-se a por à disposição do Governo santomense um Contrato de Facilidade de Crédito com o objectivo principal de reforçar as reservas cambiais de São Tomé e Príncipe e garantir, deste modo, que sejam criadas condições para que o novo regime cambial possa funcionar.

Finanças do Estado

São Tomé e Príncipe é uma economia muito aberta e dependente de importações. Da dependência do país em importações, resulta que as taxas de importação e os impostos sobre os bens importados são a principal fonte das receitas fiscais santomenses. Os produtos petrolíferos constituem cerca de 39% do total das importações em 2008 e os impostos sobre os produtos petrolíferos constituem cerca de 18% do total das receitas fiscais. Esta dependência das tarifas de importações e dos impostos sobre produtos importados, em particular dos produtos petrolíferos, aumentam significativamente a volatilidade nas principais fontes das receitas orçamentais. Ao mesmo tempo, a produção e a base de exportação no país é muito estreita e a capacidade administrativa para recolher os impostos é muito limitada, deixando as autoridades com uma pequena base de impostos internos. Do lado das despesas, a parte das despesas salariais constitui cerca de um terço das despesas primárias.

Quadro 11: Finanças do Estado, valores em percentagem do PIB					
Indicador	2005	2006	2007	2008	2009
Saldo Orçamental Primário *	-10.1	-10.7	-8.4	-6.6	-4.5
Receitas Totais, doações e bónus de assinatura	81.0	36.8	160.3	47.6	70.7
Dos quais:					
Receitas de impostos	15.0	17.2	16.3	14.7	16.7
Receitas de sem ser de impostos	2.3	3.7	1.9	1.8	1.8
Subvenções e Iniciativa HIPC	17.0	15.9	120.1	31.0	52.2
Bónus de assinatura do petróleo	46.8	0.0	21.1	0.0	0.0
Gastos Totais e Empréstimos Líquidos	44.0	50.5	39.8	31.0	62.9
Dos quais:					
Custos Salariais	8.6	8.6	8.9	8.6	8.6
Gastos correntes não salariais, s/ juros	14.8	16.3	15.6	12.5	10.1
Capital e HIPC – Investimento	17.8	19.8	11.3	8.0	42.4

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2009.

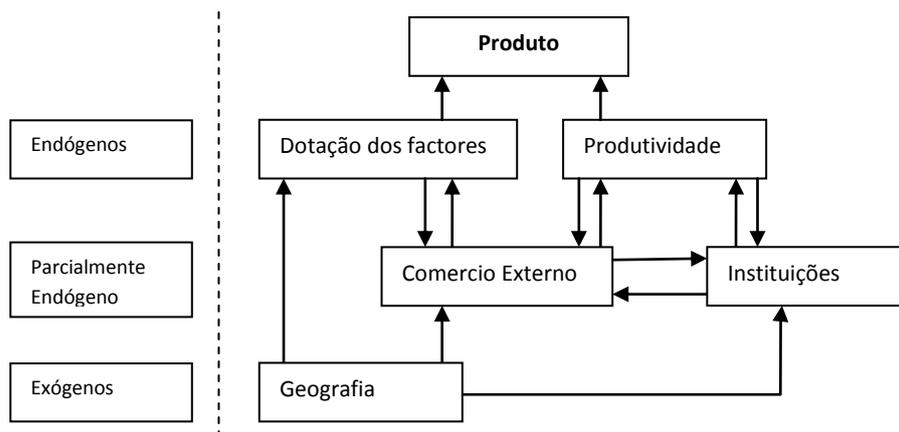
*O saldo primário exclui as receitas do petróleo, doações, juros e bolsas e capital financiado pelo estrangeiro.

O défice primário interno tem sido financiado em grande parte pelo levantamento dos depósitos da Conta Nacional do Petróleo (NOA) e da utilização de receitas de privatizações das empresas públicas. O défice primário interno atingiu 8,4% do PIB em 2007, resultado das derrapagens nas despesas correntes, incluindo um aumento salarial e dos gastos públicos para cobrir parte das contas dos serviços públicos das famílias. Os aumentos nos gastos correntes derivam dos aumentos salariais dos funcionários públicos em cerca de 30% e especialmente devido ao financiamento das contas da Empresa de Água e Electricidade (EMAE), a empresa concessionária de serviço público da água e da electricidade, para cobrir parte dos custos resultantes do reajuste das tarifas de serviço público. Nos últimos três anos, o desempenho fiscal do Estado de São Tomé e Príncipe tem melhorado, principalmente devido a uma diminuição das despesas correntes não salariais, tendo o défice primário diminuído substancialmente de 8.4% para 4.5% do PIB.

4. Factores de crescimento económico de São Tomé e Príncipe

Para expor o pensamento dos determinantes de crescimento económico, é usado o esquema que faz uma distinção entre o “próximos” e “profundos” factores de crescimento utilizado de Dani Rodrik (D. Rodrik, 2003). Na figura nº6, considera-se que o produto total de uma economia é em função da dotação dos seus recursos (trabalho, capital físico e capital humano) e da produtividade total dos factores e é através da combinação dessas dotações que há produção de bens e de serviços (PIB). O crescimento do produto per capita pode ser expresso a partir de três factores “próximos” do crescimento: a acumulação do capital físico, a acumulação do capital humano e a produtividade total dos factores. Os factores “profundos” do crescimento económico estão classificados por três grupos: a geografia, a integração/comércio externo e as instituições. A geografia está relacionada com as vantagens e desvantagens expostas pela localização física do país (latitude, proximidade de águas navegáveis, clima, entre outros). A integração económica está relacionada com a dimensão do mercado, e os benefícios bem como os custos da participação no comércio internacional de bens, serviços, capital e do trabalho. As instituições, por sua vez, estão relacionadas com a qualidade formal e informal dos acordos sociopolíticos, variando desde o sistema legal para a mais ampla instituição política, que têm um papel importante na promoção ou dificultando o desempenho económico.

Figura 6: Esquema do crescimento de uma economia



Fonte: D. Rodrik, 2003.

A geografia é o único factor exógeno nessa tripla taxionomia, dos factores endógenos, parcialmente endógenos e exógenos. O comércio externo e as instituições são endógenos e evoluem juntamente com o desempenho da economia. No entanto, devemos pensar na geografia, no comércio e nas instituições como factores “profundos” de crescimento, visto que não podem ser totalmente determinados pelo rendimento. O comércio é influenciado, na sua maior parte, pelas escolhas do país, e o desenvolvimento institucional é, pelo menos parcialmente, uma escolha igualmente variável ou pode ser determinado pelo desenvolvimento exógeno do país.

4.1. A Geografia

A geografia tem um papel importante na determinação do rendimento porque a dotação e a qualidade dos recursos naturais é moldada em grande parte por ela. Os bens como o petróleo, diamantes e cobre são recursos negociáveis que podem ser uma importante fonte de rendimento. A qualidade do solo e a pluviosidade determinam a produtividade das terras. O clima está

relacionado com a geografia que, por sua vez, determina o ambiente da saúde pública (a propensão da população para doenças debilitantes como a malária) e, em parte, da quantidade e qualidade do capital humano.

A geografia também influencia o crescimento por via de outros dois factores. A geografia é um determinante importante da extensão através do qual o país pode vir a integrar com o mercado mundial, tendo em conta a própria política do comércio do país. Um país distante e limitado pelo litoral enfrenta maiores custos de integração. Por outro lado, de uma forma semelhante, a geográfica influencia as instituições de várias formas. A dotação de recursos naturais legados pela geografia do país, também influencia a qualidade das instituições. Os booms dos recursos naturais, por exemplo, estão muitas vezes associadas com a criação de *rent-seeking* e *rent-distributing*, tão conhecido como a maldição dos recursos naturais (Sala-i-Martin e Subramanian, 2003).

São Tomé e Príncipe é constituído por duas ilhas, distantes entre si 150 km, que se situam em plena zona equatorial, no Golfo da Guiné, a 300 km da costa oeste do continente Africano. A superfície total é de 1001 km², tendo a ilha de São Tomé uma superfície de 859 km². As ilhas de São Tomé e Príncipe sofrem uma forte influência da frente inter-tropical e da corrente quente do Golfo, caracterizando-se pela existência de duas estações, a das chuvas e a da seca ou “gravana”, e com variados microclimas resultantes do relevo. De origem vulcânica, possuem um relevo muito acidentado, cujas maiores elevações são o Pico de São Tomé com 2024 metros e o Pico do Príncipe com 948 metros. Chove com abundância durante quase todo o ano, dando origem a uma humidade elevada, sendo a amplitude térmica anual muito fraca. A temperatura média ao nível do mar ronda os 26 °C e a precipitação varia entre os 849 mm no quadrante nordeste de S. Tomé e mais de 5000 mm no sudoeste e nas zonas de altitude. Essas condições de clima, de relevo e de solos de boa qualidade de origem vulcânica permitiram a existência de uma vegetação exuberante, com zonas de floresta equatorial. Podemos referir como recursos naturais do País, a água, as florestas, o mar e o petróleo.

A água

A elevada pluviosidade proporciona a existência de muitos rios, bem como de numerosas ribeiras, riachos e muitas nascentes de água. Trata-se de um potencial hídrico de grande importância, num contexto mundial de escassez de água em muitas regiões do Planeta. A rede hidrográfica de São Tomé e Príncipe possui um determinado carácter, partindo do centro para a linha da costa, é constituído por mais de 50 cursos de água com comprimentos que variam entre os 5 e os 27 kms. Os mesmos não se encontram uniformemente distribuídos pelo país, estando mais de 60% localizados na parte sudeste da ilha de S. Tomé. De acordo com o relatório de Consulta Sectorial sobre as infra-estruturas elaborado em 2006, os recursos médios anuais de água podem ser estimados em cerca de 2 000 milhões de metros cúbicos para S. Tomé, e 180 milhões na ilha do Príncipe, sendo a procura de água a nível nacional de 7 milhões de metros cúbicos por ano.

Existe uma grande disponibilidade de água, mas a sua qualidade na sua maior parte não é a melhor para o consumo humano, pela degradação das condições do saneamento básico, o que exige a construção de estações de tratamento em todas as redes de abastecimento de água às populações. Actualmente, a água não tem sido devidamente aproveitada, nem preservada, tanto no que respeita à sua utilização na agricultura, visto não existirem sistemas de retenção e distribuição, como também na produção de energia eléctrica, além disso, verifica-se a sua contaminação pelo uso incorrecto de pesticidas e outros produtos nocivos ao ambiente.

O mar

Apesar da pequena dimensão do seu território, que ronda os 1001 km², São Tomé e Príncipe possui uma vasta Zona Económica Exclusiva (200 milhas para além da linha de costeira). Uma parte importante dos recursos económicos, financeiros, energéticos e alimentar provém da área costeira e marítima. A totalidade da biomassa no fundo marinho à volta das ilhas de São Tomé e Príncipe é calculada em cerca de 12 000 toneladas, sendo a captura anual de apenas 50%, o que permite a manutenção do equilíbrio dos stocks. No entanto, a gestão das pescas junto à costa tem sido deficiente, originando a degradação dos recursos perto do litoral e obrigando os pescadores artesanais a navegarem para zonas cada vez mais distantes à procura do pescado, o que contribui para o seu desgaste económico.

As florestas e a Agricultura

Durante a administração colonial portuguesa, toda a terra de ambas as ilhas, estava dividida em 60 roças que eram detidas por entidades privadas portuguesas para a produção do cacau. Após a independência, os proprietários portugueses regressaram à Europa levando consigo grande parte do conhecimento técnico e do capital e as terras foram todas nacionalizadas e reorganizadas em 15 grandes roças geridas pelo Estado denominadas por “empresas agrícolas”. Quando se deu a privatização aconselhada pelo Banco Mundial, a maior parte da terra arável foi dividida em pequenas parcelas, mas, os pequenos agricultores receberam pouco em termos de formação, equipamentos, sementes, capital e acesso ao crédito. Desde a redistribuição das grandes roças de cacau no início dos anos 90, a maior parte da produção agrícola tem sido levada a cabo pelos pequenos agricultores. Na medida em que o cacau, só por si, não garante a subsistência, muitos encontram trabalho suplementar no cultivo de legumes, frutas, baunilha e pimenta para exportação.

Constituído por uma importante biodiversidade e uma flora abundante, as ilhas de São Tomé e Príncipe possuem uma extensa área de florestas. Estas florestas representam quase 60% da área terrestre do país, e tanto em São Tomé, como na ilha do Príncipe ocupando, sobretudo, as zonas de clima super húmido, com uma pluviosidade elevada e onde o terreno acidentado e a qualidade dos solos não permite o alargamento das plantações de café e de cacau.

Quadro 12: As características da agricultura		
Indicador	São Tomé e Príncipe	África Subsariana
Total de terra cultivada, 1999 (hectares)	41	173.572
Hectares de terra cultivável por 1.000 pessoas, 1999	303	274
Terra cultivada (% do total da área da terra), 1999	42.7%	7.1%
Percentagem da terra cultivada irrigada, 1999	24.4%	3.8%
Percentagem do PIB gerada pela actividade agrícola, 2000	20.5%	16.7%

Fonte: Food and Agriculture Organization, 2002.

De acordo com Food and Agriculture Organization (FAO), em 1999 o total de terra cultivada em São Tomé e Príncipe, composta por terrenos arados e terrenos de cultivo permanente era de 41 hectares, que correspondia a 42.7% do total da área do país, dos quais, apenas 20.5% era irrigada. Em 2000, a percentagem do PIB gerada pela actividade agrícola era o equivalente a cerca de 20.5%.

O Petróleo

As possibilidades de existência de petróleo em águas definidas como Zona Económica Exclusiva santomense, levaram o seu poderoso vizinho nigeriano a definir as suas fronteiras marítimas e a forçar São Tomé e Príncipe a assinar um Tratado que regula a exploração conjunta dos recursos existentes na chamada Zona de Exploração Conjunta. Foi assim constituída uma Autoridade Conjunta que faz a gestão dos recursos existentes na referida Zona, enquanto não se estabelecem as fronteiras marítimas entre os dois Países.

As estimativas preliminares indiciam que apenas um dos seis blocos leiloados da Zona de Exploração Conjunta com a Nigéria é comercialmente explorável. A extracção do petróleo deverá ter efeitos económicos importantes em São Tomé e Príncipe. Deverá ter início em 2014 e a sua exportação em 2015. É assumido que a Zona de Exploração Conjunta produza cerca de 15.000 barris de petróleo por dia a um preço médio de \$75 por barril durante o período de 2015 até 2028 e prevê-se que renda em média \$349 milhões em ganhos de exportação e contribua com \$197 milhões por ano em receitas orçamentais para a Autoridade Conjunta.

4.2. Capital humano

O capital humano tem duas componentes importantes: educação e saúde. (Sala-i-Martin e al, 2002). Os trabalhadores que receberam pouca educação formal em geral só executam tarefas muito simples que exigem geralmente trabalho manual simples e são mais vulneráveis às condições do mercado de trabalho porque têm extrema dificuldade em se adaptarem aos processos de produção mais avançados e com uma componente tecnológica mais avançada. A falta de educação básica pode-se tornar, portanto, numa restrição ao desenvolvimento das actividades económicas, com empresas encontrando dificuldades para aumentar a cadeia de valor através da produção de produtos mais sofisticada ou de valor intensivos. Uma força de trabalho saudável é vital para a competitividade de um país e produtividade. Os trabalhadores que estão doentes não podem funcionar com o seu potencial e serão menos produtivos. A falta de saúde leva a custos significativos para as empresas, os trabalhadores doentes estão muitas vezes ausentes ou trabalham com um nível de eficiência menor. O investimento na prestação de serviços de saúde é crucial por considerações da saúde económica, bem como moral.

Educação

A educação está relacionada com a quantidade e a qualidade da educação básica recebida pela população, que é cada vez mais importante na economia actual. A educação básica aumenta a eficiência de cada trabalhador (Sala-i-Martin e al, 2002).

A Lei de Base do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe estabelece para o ensino básico, 6 anos de escolarização, como sendo obrigatória e gratuita. O ensino básico encontra-se dividido em dois ciclos, sendo o primeiro da 1ª a 4ª classes, considerado como ensino primário, e o segundo da 5ª a 6ª classes, considerado como ensino preparatório.

Quadro 13: Evolução dos indicadores do ensino básico						
	Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008
1º Ciclo do ensino básico	Efectivo de alunos	22.367	22.721	22.376	22.800	23.148
	Taxa de escolarização	97%	98%	98%	100%	89.9%
	% de raparigas *	---	48%	89%	89%	89%
	Alunos/professor	32	33	32	31.6	33
	Rácio Alunos/Sala	62	66	65	66	64
2º Ciclo do ensino básico	Efectivo de alunos	7.417	7.747	8.322	8.600	9.369
	Taxa de escolarização	43%	41%	43.9%	51%	47.9%
	% de raparigas *	51%	50%	50%	49.5%	----
	Alunos/professor	25	16	25	21.6	29
	Rácio Alunos/Sala	44	48	58	62.3	58

Fonte: Observatório de Redução da Pobreza São Tomé e Príncipe, 2008.

* Percentagem de raparigas dessa faixa etária no sistema educativo

No primeiro ciclo, da 1ª a 4ª classes, o acesso é praticamente universal, sendo que a taxa líquida de escolarização atingiu os 100% em 2007 e a cobertura escolar é garantida por um total de 78 escolas que se encontram bem distribuídas por todo o país. No segundo ciclo, da 5ª à 6ª classes, a taxa de escolarização baixa para cerca de metade e a cobertura escolar é bem mais limitada. Ao nível de todo o país existem apenas 9 escolas onde se lecciona o segundo ciclo, situadas geralmente nas capitais dos distritos, o que constitui, em grande medida, um obstáculo para a maioria dos alunos prosseguirem e concluírem o ensino básico obrigatório.

Quadro 14: Evolução dos indicadores do Ensino secundário				
Indicadores	2005	2006	2007	2008
Nº. Efectivo de alunos	8.012	8.529	8.897	8.385
Taxa de escolarização	31%	51,2%	40%	48,1%
% de raparigas *	49%	51%	38%	34%
Rácio alunos/professor	28	22	64	32,2

Fonte: Observatório de Redução da Pobreza São Tomé e Príncipe, 2008.

* Percentagem de raparigas dessa faixa etária no sistema educativo

Embora o ensino secundário tenha registado uma queda da taxa de escolarização de cerca de 51% para 40% em 2007, a taxa de escolarização situa-se a volta de 50% pertencentes a uma faixa etária dos 13 aos 17 anos, em 2008. A percentagem de raparigas dessa faixa etária no sistema educativo em 2008 foi de 34%, o valor mais baixo dos últimos 4 anos.

Quadro 15: Despesa no sector da Educação em milhões de USD						
Indicador	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesa total no sector Educação	6.0	4.6	8.6	6.2	8.55	7.11
Em % do Orçamento do Estado	13.5	7.0	9.4	10.3	14.0	11.0

Fonte: Observatório de Redução da Pobreza São Tomé e Príncipe, 2008.

No entanto, o sistema educativo tem conhecido uma certa melhoria no seu desempenho, já que a taxa de escolarização tem vindo a conhecer uma grande melhoria, assim como a performance do sistema educativo em geral. Apesar disso, resta ainda um grande caminho a percorrer, sobretudo no que concerne à qualidade do ensino. Como se pode observar no quadro nº 15, em 2008 houve um ligeiro decréscimo das despesas no sector educativo quando comparado com 2007. Contudo, é de destacar que de 2006 para 2007 as despesas com a educação tiveram um aumento de 8.55 milhões de USD, o equivalente a 14% do Orçamento do Estado.

Ensino superior e Ensino Técnico-Profissional

A qualidade do ensino superior e da formação profissional é crucial para as economias que querem subir na cadeia de valor, além de simples processos de produção e produtos. Em particular, a economia globalizada actual exige às economias que habilitem grupos de trabalhadores bem formados que são capazes de se adaptarem rapidamente às mudanças.

A formação superior de quadros santomenses é feita predominantemente no estrangeiro através do sistema de atribuição de bolsas a estudantes oferecidas ao país pela cooperação internacional e pelo Estado santomense, sendo que cerca de 1000 estudantes, apesar de terem acesso às vagas nas instituições estrangeiras, as bolsas e ajudas de custos são suportadas pelo Governo santomense. Apesar do surgimento de novas instituições de ensino superior no país, nomeadamente a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe e o IUCAI de natureza privada, a oferta e a procura são ainda limitadas, não só pela escassez de cursos da área tecnológica, mas, sobretudo pelos custos das propinas o que desencorajam os jovens a frequentarem esses estabelecimentos de ensino privado. O Instituto Superior Politécnico (ISP) é a única instituição onde se ministra o ensino superior público, as formações realizadas são muito onerosas para o Estado, atendendo à reduzida dimensão dos efectivos e ao rácio professor/aluno.

O ensino técnico profissional em São Tomé e Príncipe caracteriza-se pela pouca diversidade das áreas de formação e de uma reduzida capacidade das instalações com um único Centro Politécnico que possui 4 oficinas ateliês e 4 salas de aula. Apesar do Estado e o sector privado desenvolverem algumas iniciativas de educação não formal no domínio do artesanato, agricultura, área de serviços e informática, é necessário haver uma boa coordenação na gestão das ofertas de formação profissional feitas por outras instituições do Estado como os Ministérios do Trabalho, da Agricultura e da Juventude e o sector privado para garantir a certificação de qualidade e melhorar a credibilidade. O ensino Técnico Profissional constitui um dos sectores menos desenvolvidos e com pouca relevância social, a política de formação profissional deve estar articulada de forma clara com os objectivos de desenvolvimento do país, particularmente nas áreas de desenvolvimento estratégico e estar orientada para o empreendedorismo e promoção do auto-emprego e de criação de pequenas iniciativas económicas.

Saúde

Como foi abordado no início desta secção, outra medida importante da análise do capital humano está relacionada com a saúde da população. Os indicadores que apresentam robustez como determinantes do crescimento do longo prazo segundo a análise empírica do crescimento, dizem respeito à esperança média de vida, com uma relação positiva com o crescimento e a taxa de prevalência da malária, com uma relação negativa com o crescimento (Artadi e Sala-i-Martin, 2003).

Em São Tomé e Príncipe, cerca de 74% dos agregados familiares têm acesso aos serviços de saúde perto das suas áreas de residência, apesar de se constatar ainda a existência de uma certa disparidade entre as zonas urbanas e rurais, que apresentam uma taxa de acesso de 87% e 59% respectivamente. Segundo o Relatório Nacional de Seguimento dos OMDs em 2008, no domínio de saúde pública, os níveis de prestação de saúde à população, conheceram uma melhoria notória como consequência dos sucessos obtidos na luta contra o paludismo e dos progressos alcançados com o Programa de Saúde Sexual e na luta contra o VIH/Sida.

Quadro 16: Evolução dos indicadores da saúde, 2005-2008				
Indicadores	2005	2006	2007	2008
Esperança média de vida	65	65	65	65
Taxa de mortalidade menor de 5 anos (por cada mil)	94.6	53.8	58	---
Taxa de mortalidade (por mil hab.)	7.89	7.75	7.60	7.46
Nº de casos da malária	27945	9166	3306	1545
Habitantes/médicos	2.284	2.284	2.300	2.300

Fonte: Observatório de Redução da Pobreza São Tomé e Príncipe, 2008.

Com uma esperança média de vida a volta dos 65 anos, a malária em São Tomé e Príncipe, que num passado recente era a primeira causa de morte infantil, conheceu uma redução bastante drástica. A taxa de mortalidade infantil passou de 94,6 mortes por cada mil crianças inferiores a 5 anos de idade em 2005, para 53.8 em 2006. A taxa de mortalidade continua ainda bastante elevada, apresentando uma taxa a volta de 75% mortes por cada cem mil habitantes em 2008. A implementação das intervenções relativas ao paludismo, nomeadamente a pulverização no interior dos domicílios, a utilização do mosquiteiro tratado com insecticida e a associação de medicamentos à base de artemisinina (ACT), para o tratamento da malária, têm registado progressos consideráveis, com impactos visíveis na redução da morbilidade e da mortalidade devido a esta doença. O VIH/Sida apresenta actualmente uma taxa de prevalência de 1.5%.

Quadro 17: Evolução de despesas com o sector de Saúde em Milhões de USD						
Indicador	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesa total do sector saúde	5.5	5.9	5.5	6.5	4.19	6.9
Em % do Orçamento do Estado	12,4	9,0	6,1	10,8	6,87	10

Fonte: Observatório de Redução da Pobreza São Tomé e Príncipe, 2008.

À semelhança do sector da educação, as despesas do Estado relacionadas com o sector da saúde aumentaram em 2008. Como se pode observar no quadro nº17, houve aumento das despesas no sector de Saúde em 2008 para 6.9 milhões de USD, o equivalente a cerca de 10% do orçamento do Estado.

4.3. Capital Físico e Desenvolvimento Financeiro

A teoria neoclássica do crescimento económico (Solow-Swan, 1956) sugere que o investimento em capital físico tem um papel importante no processo de crescimento económico nomeadamente porque a alteração da taxa de investimento provoca efeitos permanentes sobre o nível do rendimento real per capita. Estas ideias foram confrontadas pela nova teoria de crescimento endógeno que surge nos meados dos anos 80 do século passado. As instituições internacionais, como o Banco Mundial, consideraram durante muito tempo que a acumulação do capital físico era um elemento central no processo económico. Por essa razão, tem sido usado a “teoria” do “hiato de financiamento”. De acordo com esta abordagem, o Banco Mundial financiaria a diferença entre a taxa de investimento necessária para alcançar um certo nível de crescimento e a taxa de investimento que o país poderia financiar através das próprias poupanças, como se o único determinante de crescimento de longo prazo fosse o investimento no capital físico (Easterly, 2001).

O Sistema financeiro

O sector bancário de São Tomé e Príncipe que até 2002, dispunha de apenas um banco comercial privado, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, passou a ser mais competitivo com a entrada no mercado de oito novos Bancos e de duas seguradoras. Actualmente, a arquitectura do sistema financeiro é constituída pelo Banco Central de São

Tomé e Príncipe (BCSTP) e por instituições financeiras do domínio de Bancos Comerciais: Afriland First Bank, Equador Bank, Banco Internacional de STP, Commercial Bank STP, Ecobank, Island Bank, National Investment Bank, Oceanic Bank, Sat Insurante e Nikon Seguros.

Não obstante o número elevado de Bancos, o sector financeiro é ainda pouco desenvolvido sendo oferecido um pacote pouco diversificado de produtos financeiros. Por outro lado, o país não dispõe de sistema de captação da poupança e o micro crédito rural eficiente. Acresce-se ainda que as taxas de juros dos Bancos Comerciais são demasiado altas com os “spreads” entre taxas de juros activas e as passivas elevados.

Quadro 18: Evolução das taxas de juros					
Indicador	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Juro de referência do BCSTP	18,2	28,0	28,0	28,0	19,0
Taxa de juro efectiva do pagamento da dívida externa	1.0	1.2	0.2	0.2	0.2

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2010.

Havendo elevados défices orçamental, tal limita a capacidade futura do governo para reagir aos ciclos económicos. O governo não pode prestar serviços de forma eficiente, se tem que fazer elevados encargos de juros sobre as dívidas do passado. No entanto, nos últimos anos, como se pode observar no quadro nº 18, tem-se registado uma diminuição da taxa de juro efectiva do pagamento da dívida externa por parte do Estado. Também se verificam elevadas taxas de juro de referência praticada pelo BCSTP, situação que tem efeitos nos elevados “spreads” e taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais e que dificultam a realização da actividade de investimento das empresas privadas locais.

Quadro 19: Obtenção do crédito		
Indicador	São Tomé e Príncipe	África Subsariana
Índice da força dos direitos legais (0-10)	3	4.6
Índice de informações do crédito (0-6)	0	1.5
Cobertura do registo público (% de adultos)	0.0	2.4
Cobertura das agências privada (% de adultos)	0.0	4.5

Fonte: Doing Business, 2009.

A dificuldade do acesso ao crédito constitui uma das maiores barreiras para o funcionamento e o crescimento das empresas. O quadro nº19 mostra um conjunto de indicadores apresentados pelo relatório Doing Business em 2009, posicionando São Tomé e Príncipe no lugar 165 num conjunto de 183 países. Aqueles indicadores têm como objectivo mostrar a qualidade do funcionamento dos mercados de crédito, proporcionando a expansão do acesso ao crédito, uma vez que elas ajudam os credores a avaliarem o risco e atribuir crédito de forma mais eficiente. O índice da força dos direitos legais varia entre 0 e 10 valores, em que os valores mais elevados indicam que as normas existentes de protecção dos direitos dos credores e dos devedores são as melhores definidas para expandir o acesso ao crédito, tendo São Tomé e Príncipe obtido um índice de 3 valores, abaixo da média dos países da África Subsariana, dos quais possuem um índice de 4.6 valores. O índice de informações de crédito índice varia entre 0-6 valores, em que os valores mais elevados indicam que mais informações sobre o crédito estão disponíveis a partir de um registo público ou agência privada. O indicador cobertura de registo público e de uma agência privada informa o número de indivíduos e de empresas abrangidas por um registo público de crédito ou por uma agência privada, em percentagem da população adulta. , Nos últimos 3 indicadores apresentados no quadro nº19, São Tomé e Príncipe têm registado valores nulos, o que representa uma situação precária do sistema de informação sobre o mercado de crédito.

Os Portos Marítimos

A insularidade associada à dependência do país do mundo exterior, fazem com que o sector portuário tenha um papel preponderante na economia nacional, particularmente no que respeita à disponibilização de bens de consumo e de equipamentos para a população, já que entram no país mais de 90% de mercadorias importadas pertencentes àqueles sectores. Dada a limitação da profundidade do porto de São Tomé, pouco mais de 3 metros em maré alta, a maior parte das embarcações de longo curso têm que proceder às operações de carga e descarga para barcaças, no alto mar, fazendo estas, o transporte entre os navios e o porto. Esta forma de operação tem níveis de produtividade bastante baixos, daí resulta que os preços de seguros sejam mais elevados, todos estes factores concorrem para que os custos de transportes sejam mais caros quando o destino das mercadorias é São Tomé e Príncipe.

De acordo com o relatório de consulta sectorial sobre as infra-estruturas em São Tomé e Príncipe, elaborado em 2006, a situação do porto de Ana Chaves, porto principal de São Tomé, é ainda agravada pelo estado deficiente das suas infra-estruturas portuárias e dos seus equipamentos. O porto foi construído para servir como cais para o serviço de navios de pequeno porte, não dispondo por isso de profundidade adequada para o actual tráfego e volume de contentores, sendo necessária a descarga em alto mar. Os armazéns, outrora usados para armazenar mercadoria a granel, como o cacau e o café em sacos, para exportação ou mercadoria importada, têm hoje muito pouco uso, ocupando espaço útil necessário para armazenagem de contentores. Os equipamentos do porto estão, na sua maioria, em profundo estado de degradação, situação ainda mais agravada pelo facto de esses equipamentos serem, em regra, exemplares únicos, o que, em caso de avaria, leva a paragem ou a um forte condicionamento das actividades portuárias.

Na ilha do Príncipe a situação é bem mais complicada. O porto não tem condições para receber navios com mais do que 1.7 metros de calado, o que é bastante exíguo para embarcações que têm que atravessar o mar aberto para lá chegar. Mais ainda, os espaços para as operações portuárias são extremamente limitadas e sem qualquer hipótese de expansão, o que compromete seriamente o seu desenvolvimento. Para agravar a situação, o porto do Príncipe não dispõe de quase nenhum equipamento, salvo um empilhador, e uma pequena grua, situação absolutamente incompatível com qualquer esforço sério de desenvolvimento que se pretenda empreender na região.

As Estradas

O estado das estradas, sobretudo as de terra batida constitui um constrangimento à competitividade económica e à qualidade de vida dos que habitam no meio rural. Os produtores de produtos agrícolas, os habitantes do meio rural têm dificuldades em transitar nas estradas, havendo mesmo zonas onde os transportes não conseguem chegar. O último relatório de consulta sectorial sobre as infra-estruturas em São Tomé e Príncipe, elaborado em 2006, menciona que a rede rodoviária de São Tomé e Príncipe possui uma extensão total de cerca de 1.091Kms, dos quais cerca de 12% são classificados como Estradas Nacionais (EN) e 10% como Estradas Secundárias (ES). Os restantes 78% da rede rodoviária correspondem a estradas de terra batida. As estradas alcatroadas, cerca de metade, aproximadamente 120kms, estavam em bom estado, cerca de 50Kms em estado razoável e 60Kms em mau estado, sendo que destas ultimas, 10kms estavam em muito mau estado. A rede de estradas em terra batida encontram-se em muito piores condições com apenas cerca de 130kms em estado aceitável.

Telecomunicações

O desenvolvimento do sector das telecomunicações tem estado estreitamente ligado à Companhia Santomense de Telecomunicações (CST), empresa mista entre o Estado santomense e uma empresa privada portuguesa, criada em 1990. A liberalização do sector das telecomunicações constitui uma das grandes prioridades do Governo, tendo sido criada a Autoridade Geral de Regulação (AGER).

Quadro 20: Evolução do uso das telecomunicações			
Indicador	2006	2007	2008
Total de telefones (100 hab.)	5.0	4.9	4.9
Total de telemóveis (100 hab.)	12.1	19.4	31.7
Acesso ao Serviço Internet	2.178	2.526	2.693

Fonte: Observatório de Redução da Pobreza São Tomé e Príncipe, 2008.

Em 2006 havia, em média, 5 telefones fixos por cada 100 habitantes, em 2007 diminuiu para 4.9 e manteve-se no mesmo numero em 2008. No entanto, tem-se registado um crescimento rápido do uso de telemóveis, de 2006 até 2008 o número de telemóveis passou de 12.1 para 31.7 por cada 100 habitantes, um crescimento de 38% situação que poderá explicar a estagnação em termos de crescimento de telefones fixos. Quanto a internet, tal como acontece com os outros serviços de telecomunicações, nota-se um crescimento de ano para ano.

A Energia

Em São Tomé e Príncipe, o sector energético pode ser caracterizado pela falta de potência suficiente para garantir um normal fornecimento aos clientes, durante 24h horas do dia, resultante de uma procura superior às capacidades das centrais eléctricas, resultando cortes constantes. A empresa responsável pela produção e distribuição de energia eléctrica à população é a EMAE. No país existem sistemas isolados, sobretudo nas zonas rurais o fornecimento de electricidade é garantido nalgumas regiões que não estão conectadas à rede da EMAE. A capacidade total de geração de energia eléctrica nas ilhas é de 11.9Mw, sendo 9.2Mw diesel e 2.4Mw hidroeléctrica.

A produção de electricidade em São Tomé e Príncipe, nos últimos anos, tem sido à base de combustíveis fósseis, isto é, o gasóleo. De acordo com o ultimo relatório de consulta sectorial sobre as infra-estruturas, em 2005 a produção energia térmica resultante do consumo do gasóleo atingiu o seu máximo, ou seja 37.206MWh, o que representou cerca de 38,3% do consumo total de energia. A energia eléctrica proveniente de centrais hidroeléctricas, única fonte de energia renovável do País, representa apenas 10% do consumo nacional de energia, o que mostra o fraco nível de desenvolvimento nesse sector, tendo atingido o seu pico em 2003 com uma produção de 7892MWh. A produção hídrica tem diminuído nos últimos cinco anos e, em 2005, o valor foi o mais baixo, isto é, 4248MWh. Em 2004 e 2005 a produção hídrica baixou, devido aos trabalhos de manutenção electromecânica, com paragens prolongadas da Central Hidroeléctrica de Contador, a principal do país.

Enquanto isso, a lenha e o carvão continuam a ser as principais fontes de energia. A lenha continua a ser uma das fontes de energia mais importantes do país com cerca de 32,6%. A lenha e carvão destinam-se ao consumo doméstico na confecção de alimentos e algumas pequenas indústrias (panificação, restauração, etc.). De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística São Tomé e Príncipe (INESTP), em 2005 foram consumidos cerca de 53 769 kg de

lenha, sendo que parte dessa lenha, foi destinada ao fabrico de carvão. O gás, destinado exclusivamente ao consumo doméstico, representa apenas 0,01% do consumo total.

A Água e saneamento

O país dispõe de um grande potencial de recursos hídricos mas ainda desconhecido ou não explorado, actualmente apenas cerca de 4% destes estão a ser utilizados. Este não aproveitamento é agravado pela desigual repartição destes recursos, principalmente nas zonas rurais, a população não tem acesso a água potável e utiliza a água do rio ou recorre a fontes existentes sem qualquer protecção ou controlo. Uma grande parte da população do país consome a água de sistemas geridos pela EMAE. Por outro lado, para cerca de 25% da população, em particular nas zonas rurais, o fornecimento da água é garantido por sistemas isolados geridos por empresas agrícolas ou por abastecimento directamente de fontes naturais, rios e ribeiras.

O acesso à água potável, de acordo com o relatório de consulta sectorial sobre as infra-estruturas em 2006, é elevado tendo 96.8% da população acesso à água e 88.7% tem acesso a água canalizada (apesar do número relativamente elevado, é forçoso dizer que de uma forma geral as populações que beneficiam de água canalizada têm de facto água por tempo assaz limitado em cada dia, na maioria dos casos entre 1 e 2 horas por dia). Todavia, o acesso a água potável é ainda muito baixo. Com efeito, a cobertura em 2001 era de 19% tendo passado de 38% em 2006. Existem disparidades entre os meios rurais e urbanos: em meio rural e semi-urbano, a taxa de acesso à água potável passou de 6.4% a 12.6% entre 2001 e 2006, enquanto em meio urbano a cobertura variou em média de 29% em 2001 para 57.2% em 2006.

No que se refere ao saneamento, a situação é igualmente má. A taxa de cobertura nacional em infra-estruturas de saneamento era de 16% em 2001, passando a 30% em 2006 com variações segundo o meio urbano ou rural. Em 2006, e em meio rural apenas 19.2% da população têm acesso a um sistema de saneamento contra 10.2% em 2001. Em meio urbano e no ano de 2001, 20.8% dos habitantes tinham acesso a um sistema de saneamento de tendo aumentado essa cobertura para 39.1% em 2006. Somente a cidade de São Tomé beneficia de um sistema embrionário de colheita de detritos sólidos sem que contudo tenham qualquer tratamento.

4.4. Integração económica/Comércio externo

A importância da integração na economia mundial como um condutor do crescimento económico tem sido tema persistente na história da literatura económica e no desenvolvimento económico. Um artigo de Jeffrey Sachs e Andrew Warner (1995) foi bastante longe na medida em que argumentaram que os países abertos ao comércio experimentam uma convergência económica absoluta para o nível do rendimento dos países ricos. De acordo com os decisores internacionais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a integração económica dos países na economia mundial é o caminho mais seguro para a prosperidade.

São Tomé e Príncipe está economicamente ligado à Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), um grupo constituído por Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Republica Centro Africana e Chade, através de um acordo de comércio livre e que integra as negociações segundo os Acordos de Parceria Económica (APE), que têm por objectivo instituir novos regimes comerciais compatíveis com as regras da OMC, bem como

apoiar a integração regional do grupo dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e propiciar a integração harmoniosa e gradual desses países na economia mundial.

Quadro 21: Balança Comercial, milhões de USD					
Indicador	2005	2006	2007	2008	2009
Balança Comercial	-34,8	-51,5	-60,1	-82,0	-69,9
Exportação (f.o.b)	6,8	7,7	6,8	10,2	9,7
Dos quais: Cacau	3	2,5	3,5	4,9	4,9
Importações (f.o.b)	-41,6	-59,2	-66,9	-92,2	-79,6
Dos quais: Bens alimentares	-14,8	-17,0	-17,6	-24,2	-26,2
Combustíveis	-9,8	-15,0	-14,6	-22,1	-15,8

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2010.

(f.o.b) - Free On Board

São Tomé e Príncipe é uma economia que depende tradicionalmente da exportação do cacau e mais recentemente do turismo, que apresenta enormes potencialidades de crescimento, apesar de ser pouco desenvolvida. A economia apresenta um grau de abertura elevado e com uma elevada dependência nas importações, principalmente dos combustíveis que constituíram cerca de 24% do valor das importações em 2008 e dos bens alimentares que constituíram cerca de 26%, ao mesmo tempo, a produção e a base de exportação no país são muito limitadas.

Em 2008 assistiu-se a um aumento considerável do valor das importações 36.8 %, como resultado da subida dos volumes importados, induzida sobretudo pelo Investimento Directo Estrangeiro (IDE) feito em São Tomé e Príncipe e igualmente de um efeito resultante do aumento dos preços internacionais dos bens alimentares e dos combustíveis. A evolução favorável das exportações ficou a dever-se essencialmente ao aumento das receitas de turismo e do aumento dos preços nos mercados internacionais do cacau. Aquela evolução das importações mais que compensou a expansão também verificada nas exportações de bens e serviços, tendo agravado o défice da balança da comercial para 28.96%.

Quadro 22: Evolução do preço e do volume de exportação do cacau					
Indicador	2005	2006	2007	2008	2009
Preço do cacau, USD por tonelada	1549.13	1577.78	1701.99	2215.85	2626.00
Volume de Exportação do cacau (mil tonelada)	2.4	2.3	2.3	2.3	2.3

Fonte: International Cocoa Organization, 2010 e Fundo Monetário Internacional, 2010.

As receitas das exportações de cacau, que representam cerca de 60% do total das exportações, aumentaram com o aumento dos preços mundiais de mercado, no entanto o volume de exportação permanece inalterado nos últimos 4 anos (quadro 22). Apesar da imensa importância do cacau na economia de São Tomé e Príncipe, a quota do país no mercado mundial estimada pela Organização Internacional do Cacau (ICCO) entre 2000 a 2005, era apenas de 0,11%.

Quadro 23: Distribuição geográfica das exportações em % do total das exportações					
Países	2004	2005	2006	2007	2008
Angola	1.8	4.1	1.1	1.8	0.9
Bélgica	9.5	11	14.3	16.8	7.9
Holanda	51.7	39.1	27.1	13.3	28.2
Portugal	25.5	38	33.3	45.1	49.2
Outros	11.5	7.7	24.2	23	13.8
Totais	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, 2009.

Apesar da distância geográfica, São Tomé e Príncipe e UE estão relativamente próximos, se considerarmos o volume e o sentido das transacções comerciais. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística São Tomé e Príncipe (INESTP), em 2007 mais de 75% das exportações

foram direccionadas para a UE (principalmente Holanda e Portugal). Ao nível dos países africanos, o país que mais importa produtos santomenses é Angola num valor de 1% do total das exportações santomenses.

Quadro 24: Distribuição Geográfica das importações em % do total das importações					
Países	2004	2005	2006	2007	2008
Angola	16	20.3	18.3	20.1	22.9
Bélgica	8.8	6.1	4.6	2.3	1.7
Holanda	1	0.3	0.8	1.4	0.1
Portugal	60.4	57.1	63.6	66.2	61.3
Outros	13.8	16.2	12.7	10	14
Totais	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, 2009.

No que toca às importações, a Europa também é o principal fornecedor do país com 70% do total das importações, sendo Portugal o parceiro mais importante, fornecendo cerca de dois terços das importações. As importações provenientes dos países Africanos, nomeadamente Angola e Gabão (produtos petrolíferos, bens alimentares e vestuários) situavam-se em 22.9% e 7% respectivamente.

As economias que têm alfândegas eficientes, boa rede de transportes e menos exigências de documentos, fazendo com que os procedimentos de exportação e de importação sejam mais céleres e mais baratos, são mais competitivas globalmente, tudo o resto invariante. Isso pode levar a exportar mais, sendo que as exportações estão associadas a um crescimento económico mais rápido e a criar mais emprego. Inversamente, uma necessidade de muitos documentos está associada com maior corrupção na alfândega. Confrontado com longos atrasos e frequentes pedidos de subornos, muitos comerciantes a tendem evitar alfândegas de um modo geral, em vez disso, fazem contrabando de mercadorias nas fronteiras.

Quadro 25: Comércio além das fronteiras		
Indicador	São Tomé e Príncipe	África Subsariana
Nº. Documentos para exportação	8	7.8
Tempo de exportação (dias)	27	33.6
Custos de exportação (US\$ por contentores)	690	1.941,8
Nº. Documentos para importação	8	8.8
Tempo de importação (dias)	29	39.4
Custos de importação (US\$ por contentores)	577	2.365,4

Fonte: Doing Business, 2009

No quadro nº25, São Tomé e Príncipe encontra-se na posição 88 num conjunto de 181 países quanto ao comércio além das fronteiras, baseado nos processos de requerimentos para o comercializar um carregamento normal de bens e serviços pelo transporte marítimo. Todos os procedimentos e documentos associados, tempo e custo, para importar e exportar bens são registados, a partir de um acordo contratual entre duas partes e que termina com a entrega das mercadorias.

4.5. As Instituições

As instituições têm recebido uma atenção crescente na literatura do crescimento na medida que se torna claro que os direitos de propriedade, estruturas regulamentares apropriadas, a qualidade e independência do poder judicial e a capacidade administrativa não são asseguradas em muitos locais e que são de maior importância para iniciar e sustentar o crescimento económico. A

abordagem baseada no pressuposto implícito que as instituições surgem endogenamente e sem esforços como um resultado do crescimento económico sucedem-se um ponto de vista segundo as quais são pré-condições e determinantes essenciais para o crescimento (North and Thomas, 1973).

A importância de um ambiente institucional sólido tornou-se ainda mais evidente durante a actual crise, dado o crescente papel directo desempenhado pelo Estado na economia de muitos países. O ambiente institucional é determinado pelo enquadramento legal e administrativo em que os indivíduos, as empresas e os governos interagem para criar rendimento e riqueza na economia. A qualidade das instituições tem uma forte influência na competitividade e no crescimento. Ela influencia as decisões de investimento e organização da produção e desempenha um papel central na forma como as sociedades distribuem os benefícios e suportam os custos das estratégias de desenvolvimento e políticas. Por exemplo, proprietários de terrenos, accionistas das empresas, ou os detentores de direitos sobre a propriedade intelectual não estão dispostos a investir na melhoria e manutenção das suas propriedades se os direitos como proprietários são inseguros.

São Tomé e Príncipe era um país colonizado por Portugal e tornou-se independente em 12 Julho 1975. Desde então, o país passou por dois tipos de sistema político: partido único no período de 1975-1990 e sistema multipartidário após 1990. O sistema político é semi-presidencial e os ciclos eleitorais realizam-se regularmente: Presidencial, parlamentar e municipais. Na sequência da introdução do sistema de democracia multipartidária, o país criou instituições de governação dignas de um país democrático, com base na Constituição Política objecto de um referendo em Agosto de 1990, que consagra o princípio da separação e equilíbrio dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a possibilidade da constituição ou participação de organizações políticas e do princípio da economia mista, onde coexistem as propriedades públicas, particulares e cooperativas de meios de produção.

A Constituição, cuja última alteração foi em 2003, consagra três tipos de poderes: **Poder legislativo** é detido pela Assembleia Nacional, que é constituída por deputados eleitos por sufrágio universal directo e secreto, por quatro anos; a Assembleia Nacional vota as leis e controla as acções do governo, ela tem actualmente 55 deputados, incluindo apenas uma mulher, a partir de 4 diferentes famílias políticas que são: Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), Acção Democrática Independente (ADI), Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão (PCD-GR) e Movimento Democrático Força de Mudança (MDFM). **Poder executivo** é exercido pelo Governo chefiado por um primeiro-ministro do partido ou coligação de partidos que venceu as eleições parlamentares, o presidente tem um papel mais simbólico, contudo Ele promulga as leis e detém a prerrogativa de dissolver a Assembleia Nacional. **Poder Judicial** aplica as leis e regulamentos; o Supremo Tribunal é o seu mais alto tribunal. Também existem órgãos consultivos: (i) o Conselho de Estado que o Presidente consulta antes de decisões importantes, como a dissolução da Assembleia (ii) o Conselho de Social, composto por representantes do Estado, sociedade civil e sector privado.

Para garantir a coerência metodológica para análise das instituições de São Tomé e Príncipe foram utilizadas as seis dimensões de governação de acordo com o Banco Mundial. As seis dimensões são as seguintes: 1) Expressão e Prestação de contas; 2) Estabilidade Política e Ausência de Violência; 3) Eficácia Governamental; 4) Quadro Regulamentar; 5) Estado de Direito; 6) Controlo da Corrupção. De acordo com o Banco Mundial, em 2008 São Tomé e

Príncipe possui um conjunto de indicadores da governação com valores de índice acima da média da região de África Subsariana, estando com valores inferiores a média para os indicadores da eficácia governamental e do quadro de regulamentar.

Quadro 26: Evolução do ranking do índice dos indicadores de governação em São Tomé e Príncipe				
Indicadores	2005	2006	2007	2008
Expressão e Prestação de contas	54.3	60.1	57.2	55.8
Estabilidade Política	67.8	57.7	62.0	55.0
Eficácia Governamental	25.1	18.0	21.8	25.1
Quadro Regulamentar	20.0	22.9	22.3	23.7
Estado de Direito	34.4	39.0	44.8	37.3
Controlo da Corrupção	22.3	35.9	39.6	39.6

Fonte: Worldwide Governance Indicators, 2008.

São Tomé e Príncipe fez das suas prioridades a escolha de promoção de uma política de boa governação no contexto da sua Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (PRSP). Esta opção permite-lhe fazer face à necessidade de consolidar o Estado de Direito Democrático e defender os direitos humanos, adaptar e preparar as instituições e órgãos da administração pública, reforçando os mecanismos de responsabilização e de prestação de contas e promover uma cultura de participação dos cidadãos na tomada e acompanhamento das decisões para resolver os problemas.

Quadro 27: Ranking do índice dos Indicadores de Governação em São Tomé e Príncipe		
Indicador	São Tomé e Príncipe	África Subsariana
Expressão e Prestação de contas	55.8	32.6
Estabilidade Política	55.0	33.5
Eficácia Governamental	25.1	26.3
Quadro Regulamentar	23.7	28.9
Estado de Direito	37.3	28.6
Controlo da Corrupção	39.6	30.8

Fonte: Worldwide Governance Indicators, 2008.

Expressão e Prestações de Contas

Em São Tomé e Príncipe existem dois sindicatos, a Organização Nacional dos Trabalhadores São Tomé e Príncipe (ONTSTEP) e a União Geral dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe (UGT-STP) que têm o papel de unir os representantes sindicais dos profissionais, principalmente dos funcionários públicos. Os órgãos da comunicação social tornam público as críticas contra dirigentes os dirigentes políticos e as instituições políticas e reflectem as preocupações e as reclamações dos cidadãos. Quanto à participação de homens e de mulheres no processo da planificação, da tomada de decisão, tendo em conta os interesses dos resultados do desenvolvimento, constata-se que, apesar das garantias dadas pela Constituição e pela Legislação Nacional, - as mulheres e homens têm o mesmo estatuto na sociedade, o primado do homem sobre a mulher é ainda socialmente aceite.

Quanto ao nível de gestão dos bens públicos, não há garantia de transparência nos procedimentos de licitação ou da existência de um inventário regular dos bens públicos. Não existe uma cultura do serviço de prestação de contas. As regras de licitação são na maioria dos casos negligenciados ou mal aplicadas. Na situação actual, o funcionamento dos concursos públicos é pouco satisfatória. O Tribunal de Contas, cumpre a missão de auditar as contas do Estado e iniciou recentemente as suas actividades e ainda é uma instituição jovem. Mas, é motivo de preocupação o facto do Estado ter uma tendência para a má governação, uma vez que não apresenta as contas de forma sistemática desde a década de 1990. No entanto, o Tribunal de

Contas apresenta algumas deficiências como a falta de recursos e de competências de modo a ter um papel mais dinâmico na auditoria.

A estabilidade política e ausência de violência

O sistema eleitoral funciona razoavelmente, onde as eleições presidenciais e legislativas são organizadas e os resultados são geralmente aceites. Existe alguma contestação referente particularmente ao fenómeno de "Banho", fenómeno definido como prática de compra de consciência para votar durante o processo de preparação e de realização eleitoral. Contudo, essas práticas não democráticas não conduziram a um questionamento dos resultados oficiais publicados, o que leva a que a mudança do poder de um governo para outro ocorre de forma calma e serena, tendo-se realizado em 2006 as últimas eleições parlamentares.

A coexistência dos órgãos de soberania e dos partidos políticos ao longo dos anos que se seguiram ao processo de transformação democrática tem sido marcada, às vezes, por momentos de tensão política e crises institucionais que foram ultrapassadas por via do diálogo e até mesmo em momentos de ruptura, como sucedeu com o golpe de Estado em 2003, tendo sido ultrapassado por via da mediação pacífica de conflitos. Apesar de algumas turbulências ocasionais, prevalece um clima de paz e tolerância em São Tomé e Príncipe.

Eficácia do Estado

No plano administrativo, o país está dividido em sete (7) unidades territoriais, denominadas de distritos. A ilha de São Tomé, a maior em termos de dimensão e mais populosa, é composta por seis (6) distritos: Água Grande, Mé Zochi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata. Cada distrito é dirigido por um representante eleito. A ilha do Príncipe, que é uma região autónoma, com um único distrito Pagué, é dirigida por um governo regional.

A administração pública caracteriza-se pela falta de desempenho dos seus serviços que está relacionada com a fraca capacidade da tomada de decisões pelos funcionários, a ausência de critérios para os tipos de relatórios e prestação de contas na estrutura orgânica dos serviços, ausência de funcionários, de quadros qualificados, baixos níveis de salários, não respeito dos horários de trabalho, frequente absentismo, falta de ética no relacionamento com o público.

Os custos e qualidade dos serviços são influenciadas por aquelas deficiências, a que se junta a falta de clareza das regras de acesso e progressão da carreira da função pública e a falta de rigor dos mecanismos de controlo e de gestão de fundos públicos. Os mecanismos de avaliação do desempenho não são implementados. A centralização dos serviços essenciais na capital obriga os cidadãos a viagens e a perda de tempo, por exemplo, quando um cidadão da Região Autónoma do Príncipe precisa de uma certidão de nascimento. No processo da descentralização, as estruturas político administrativas locais não são, actualmente, um instrumento eficiente de apoio à população na resolução dos seus problemas de carácter social ou de habitação.

Quadro regulamentar

Para enfrentar os desafios do desenvolvimento e da modernização, o Governo implementou regulamentos que visam o desenvolvimento de parcerias com os sectores privados e com as Organizações Não-Governamentais (ONGs) para que no seio de um quadro de responsabilidade e de responsabilização possam, sob controlo dos poderes públicos, participar conjuntamente na elaboração e na execução das tarefas decorrentes das suas funções de assessoriar o Estado. Isto

implica que as condições ideais estão reunidas para a criação e o desenvolvimento de iniciativas privadas, incluindo serviços de apoio e aconselhamento às pequenas empresas, como por exemplo, o código de investimento actualizado através da simplificação dos procedimentos e da criação de um guichet único que facilita a criação de negócios num curto período de tempo.

Estado de Direito

Quanto ao poder Judicial, várias reformas importantes foram implementadas. A independência do sistema judicial foi reforçada. O Tribunal de Contas foi criado, o que representa uma evolução positiva com vista a permitir uma melhor governação. Esta instituição beneficiou de ajudas externas e está actualmente a operar, embora ainda haja progressos a serem feitos para cumprir a sua missão de forma eficiente. No entanto, é necessário rever os textos legais que datam da época colonial e que não acompanharam a evolução da sociedade e da economia. Além disso, é urgente garantir o respeito rigoroso das disposições legais. Há uma cultura, em matéria das leis, que desrespeita as disposições legais e as normas de procedimentos em vigor. Não existe um órgão especializado para a resolução de disputas comerciais. A falta de confiança nas instituições de justiça compromete as possibilidades do crédito para o desenvolvimento de iniciativas empresariais, as oportunidades de negócios e a atracção dos investimentos estrangeiros.

Controle da Corrupção

A existência de uma entidade responsável pela gestão do processo de luta contra a corrupção tem proporcionado alguma margem de manobra contra a utilização ilegal dos bens públicos e dos recursos de ajudas externas. Como consequência, as auditorias realizadas em alguns sectores públicos revelaram casos de escândalos financeiros. A sociedade civil é pouco organizada e com recursos muito limitados, sem uma participação capaz de influenciar significativamente o processo da tomada de decisões susceptíveis de influenciar o clima político e institucional e de facilitar a formulação e a implementação de decisões políticas mais justas e contribuir para a melhoria resposta no seio da população.

5. Teoria da armadilha da pobreza de África e o “Big Push” e a importância do PNUD em São Tomé e Príncipe

A armadilha da pobreza é um ponto estacionário com baixo nível de crescimento do capital e do rendimento per capita. Este rendimento é uma armadilha, porque se os agentes tentarem ultrapassá-lo, a economia tenderá a voltar para o ponto de equilíbrio estacionário de baixo nível. A armadilha da pobreza pode dever-se a três factores: insuficiência do capital fixo, a insuficiência de poupança e crescimento muito elevado da população (J. Sachs, 2004).

De acordo com o **limiar mínimo de capital**, com um nível baixo de capital por trabalhador a produtividade marginal do capital, ao contrário do que era assumido na teoria neoclássica que tendia para o infinito, ela tende a ser reduzida porque é necessário um limiar mínimo de capital antes de se iniciar o processo de produção moderno. Os factores de produção requerem, por exemplo, infra-estruturas básicas de electricidade, estradas, porto marítimo em funcionamento. De acordo com a **armadilha da poupança**, a taxa de poupança pode ser muito baixa ou até mesmo negativa quando o capital por trabalhador é muito baixo, porque as famílias pobres têm uma propensão a poupar muito reduzida. Aquelas famílias têm tendência a despender todo o rendimento corrente com objectivo de se manterem vivos. De acordo com a **armadilha demográfica**, um terceiro factor que pode levar uma economia para a armadilha da pobreza é o crescimento muito acelerado da população associado a um nível baixo de capital por trabalhador. As pessoas muito pobres tendem a não poupar muito, caso poupam alguma coisa, é sob a forma de capital reprodutível ou mesmo capital humano, isto é, poupam fazendo filhos.

O limiar mínimo de capital, a armadilha da poupança e a armadilha demográfica interagem entre si. É possível que nenhum deles seria suficientemente apenas por si próprio causar a armadilha da pobreza, mas em combinação causam a armadilha da pobreza. Um país com infra-estruturas precárias pode encontrar-se com num nível baixo de produtividade, por si só não criaria uma armadilha, mas criaria se for combinada com uma taxa de poupança baixa e uma taxa de crescimento da população elevada causado pela baixa produtividade.

Caso de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe apresenta sinais de pobreza em que a maioria da população não consegue ter acesso as condições básicas e caso não forem asseguradas medidas que melhorem o actual estado da pobreza, poderá encontrar-se num estado eminente da armadilha da pobreza.

Quadro 28: Estrutura das despesas em São Tomé e Príncipe 2000/2001 (%)			
Tipo de Despesa	Extremamente Pobres	Pobres	Não pobres
Alimentação	81.7	79.1	66.17
Educação	1.2	1.6	2.09
Saúde	3.2	3.5	5.33
Outras Despesas	13.9	15.7	26.41
Total	100	100	100

Fonte: African Development Bank, 2001.

De acordo com o estudo sobre o Perfil da Pobreza em São Tomé e Príncipe em 2001, determinou que o limiar de pobreza em S. Tomé e Príncipe era cerca de 294 USD por ano, sendo que a pobreza afecta 53.8% da população total do país e a pobreza extrema atinge 15.1% da população. Em 2000/2001, no grupo das famílias consideradas pobres e extremamente pobres, cerca de 80% das despesas totais efectuadas eram respeitantes as despesas de

alimentação e apenas cerca de 1% das despesas diziam respeito a despesas com a educação e cerca de 3% com a saúde. No que concerne ao acesso às condições básicas (acesso à educação, saúde, água potável, saneamento do meio e habitação), o estudo conclui que 11.8% da população nunca frequentou uma escola. Também constatou que o analfabetismo atinge 9.6% da população não pobre em comparação com 12.9% dos pobres e 15.9% dos extremamente pobres. Em relação aos cuidados de saúde, 23.2% de doentes não pobres já consultaram um médico numa clínica privada contra apenas 8.7% de doentes pobres e somente 2% dos extremamente pobres.

No que diz respeito à água canalizada, apenas 19.6% da população tem acesso a água canalizada em comparação com 13% das famílias pobres e 25.5% das não pobres. Quando ao saneamento, apenas 16% das famílias santomenses dispõem de uma fossa séptica ou ligação a uma rede de esgotos pública e 69% da população satisfaz as suas necessidades fisiológicas ao ar livre. Para o caso da habitação, o pobre é apenas arrendatário da habitação, com um vínculo extremamente frágil resultado de um compromisso de honra assumido entre as partes, normalmente sem nenhuma declaração escrita e muito menos um contrato, podendo o proprietário exigir-lhe a desocupação da casa num período inferior a 3 semanas.

Tendo em conta a situação descrita na secção acerca dos determinantes do crescimento económico de São Tomé e Príncipe, a actividade económica privada precisa de ser apoiada através de melhores infra-estruturas, contudo o baixo nível de poupança significa um baixo investimento e, portanto, a incapacidade de criar aquelas infra-estruturas. No entanto, o investimento em capital físico, apenas por si não é suficiente, também é necessário o crescimento da produtividade global e este requer um aumento de competências, mas não há recursos suficientes para a educação. A falta de saúde também agrava o problema da produtividade e a pobreza contínua impede melhorias na saúde.

No topo de tudo isso e parcialmente por causa da pobreza extrema e da falta de educação, São Tomé e Príncipe tem alguns problemas de governação, como foi referido na parte da governação. O problema central é que São Tomé e Príncipe, bem como muitos dos países desta categoria que foram colonizados, se não tomarem as devidas medidas de reforma de governação, poderão estar em perigo iminente de se tornar num Estado falido. O "Fracasso" aqui refere-se a incapacidade de um Governo garantir a segurança, evitar o conflito interno, e prestar os serviços públicos mais básicos à sua população. O Estado falido e as deficiências fundamentais na governação são factores que explicam por que é que um conjunto grupo de países pobres não mostra sinais ou sinal de lento de convergência para o rendimento médio do mundo. Esses países encontram-se num círculo vicioso do qual não podem escapar sem ajuda externa substantiva. Eles são extremamente pobres, por isso é muito difícil para eles pouparem, como é o caso de São Tomé e Príncipe. No entanto, tal esforço só terá êxito, se for acompanhada de melhorias na governação e na eliminação do fenómeno da Estado falido.

A solução proposta para que os países da África Subsariana pudessem escapar da armadilha da pobreza, é através de um "Big Push", em termos de recursos, implantação de apoio ao investimento nesses países, para ajudar a que as pessoas pobres dos países mais pobres possam escapar da armadilha e possam ver os seus rendimentos reais numa trajectória de aproximação ao rendimento real médio per capita. Por outras palavras, é necessário um aumento da ajuda como uma estratégia de saída da armadilha da pobreza. Uma dimensão importante do problema da ajuda internacional refere-se à condicionalidade, isto é, ao conjunto de regras e a condições

exigidas para a transferência dos recursos (K. Dervis, 2005). A história demonstra claramente que é inútil o despejo de recursos em países onde um pequeno grupo de pessoas no poder é capaz de desperdiçar esses recursos ou onde não haja um mínimo de instituições eficientes. Um "big push" dotado de recursos substanciais para ter sucesso, terá que ser acompanhado por um conjunto de condições a serem cumpridas, incluindo um padrão suficientemente elevado nas áreas de governação interna, educação, saúde, orçamento do governo composição e de instituições políticas. Naturalmente, estas condições anexadas ao auxílio devem apoiar os esforços de reforma local e devem reflectir as condições e prioridades locais.

Os OMDs são escolhidos como objectivos intermédios para o programa de investimento, sendo estratégias estabelecidas que permitem, não só assegurar que as ajudas sejam devidamente investidas, mas também de assegurar um mecanismo credível para a execução da estratégia durante um período relativamente longo (J. Sachs, 2004). Os oito OMDs representam a articulação de maior destaque dos objectivos de desenvolvimento internacionalmente acordados associados à agenda de desenvolvimento das Nações Unidas. São o resultado do culminar de muitas cimeiras importantes das Nações Unidas realizadas durante a década anterior, incluindo as cimeiras sobre Desenvolvimento Sustentável, educação, crianças, alimentação, mulheres, população e desenvolvimento social. São metas mundiais quantificáveis, limitadas por prazos, para combater a pobreza extrema, fome, doença, promoção da igualdade de género, educação e sustentabilidade do meio ambiente. Também representam, uma expressão dos direitos humanos fundamentais: os direitos de todos à saúde, educação e habitação. Os oito objectivos também incluem compromissos para construir uma parceria global nas áreas de ajuda ao desenvolvimento, perdão da dívida, comércio externo e o acesso às tecnologias.

As razões para a escolha dos OMDs como estratégias do fluxo de ajuda, reflectem o facto de que são os únicos objectivos internacionais que podem motivar a cooperação intergovernamental e da transferência de recursos, uma vez que, os OMDs constituem um equilíbrio razoável de preocupações sobre o desenvolvimento económico e são o produto de uma década ou mais de debate internacional e deliberação sobre desenvolvimento económico. Por outro lado, os OMDs reflectem o facto de que a fuga à pobreza exige investimentos tanto em capital humano e como em capital físico, e que a própria pobreza é multidimensional, envolvendo não só o rendimento, mas também a falta de segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de género, gestão ambiental e acesso a serviços básicos.

O PNUD é a agência das Nações Unidas que vincula e coordena as iniciativas mundiais e nacionais e na prossecução dos OMDs nos diferentes países. A sua presença em São Tomé e Príncipe é importante para apoiar o Governo nacional no alcance daqueles objectivos e que permita o país sair da situação actual do estado da pobreza em que se encontra e estar numa rota de crescimento económico articulada com o desenvolvimento sustentável.

Capítulo III - O papel do PNUD no Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

1. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado em 1965, é uma das agências das Nações Unidas e tornou-se numa das mais importantes instituições multilaterais mundiais de ajuda ao desenvolvimento económico e social, tendo a sua sede em Nova York e as suas actividades são geridas através de uma rede de escritórios em 134 países. É financiado através das contribuições voluntárias dos Estados Membros da ONU e das instituições filiadas, que se comprometem a depositar todos os anos cerca de 1 bilhão de dólares em contribuições para os recursos do PNUD. As outras formas de financiamento, incluindo a partilha dos custos, permitem que o Programa tenha anualmente cerca de 1 bilhão de dólares de recursos adicionais.

Antecessores do PNUD

O PNUD teve a sua origem no Programa Expandido de Assistência Técnica (PEAT) e no Fundo Especial da ONU. Criado em 1949, o PEAT foi a primeira iniciativa a grande escala empreendida pela ONU para implementar assistência ao serviço do desenvolvimento, do progresso económico e social dos países em vias de desenvolvimento. Este programa teve como objectivo transferir conhecimentos e competências técnicas para os países em vias de desenvolvimento através dos serviços especializados e de fundos organizados pelas agências especializadas da ONU. O Fundo Especial da ONU, criado em 1958, teve como objectivo completar e alargar o campo das actividades realizadas dentro do quadro do PEAT, permitindo o financiamento de projectos mais complexos nos países em vias de desenvolvimento. Em 1965, A Assembleia Geral da ONU decidiu fundir o PEAT e o Fundo Especial da ONU para criar o PNUD. O novo PNUD iniciou as suas actividades em 1966 e o seu Conselho de Administração foi encarregue de aprovar os projectos e de definir as grandes orientações das actividades do Programa.

A fim de aumentar a eficiência da ajuda ao desenvolvimento, a Assembleia Geral decidiu em 1975 que as actividades do PNUD deveriam ser consideradas em termos de produtos ou de resultados, em vez de constituírem um conjunto de serviços profissionais estrangeiros, de fundos e de materiais importados. Assim sendo, a Administração Geral decidiu que a cooperação técnica deveria ter como principal objectivo reforçar a autonomia dos países em vias de desenvolvimento. Desta forma, o PNUD adoptou uma política flexível em relação à oferta dos recursos e de encorajamento dos governos e das instituições dos países beneficiários para assumirem a responsabilidade dos projectos a empreender. Daquela decisão resultou a introdução da modalidade de execução nacional, em oposição à modalidade de execução por parte das instituições especializadas da ONU.

Actualmente, a Administradora do PNUD é Helen Clark tendo assumido o cargo em 20 de Abril de 2009. É a primeira mulher a assumir a liderança da organização. O Administrador do PNUD preside ao Grupo da ONU para o Desenvolvimento, que reúne os responsáveis de todos os fundos, programas e departamentos daquela organização que realizam actividades operacionais para o desenvolvimento. O grupo encarrega-se de melhorar a coerência da intervenção das Nações Unidas ao nível dos países através do sistema de coordenadores residentes e do quadro de cooperação.

O sistema de Coordenador Residente considera que em cada país deverá existir apenas um coordenador residente, que será responsável pela coordenação das actividades operacionais de Desenvolvimento da ONU. A Assembleia-Geral definiu o mandato do coordenador residente e também decidiu que o representante residente do PNUD seria normalmente designado como Coordenador Residente. Este último exerce habitualmente funções de coordenador residente e, a esse título, é responsável pela coordenação de todas as actividades operacionais do sistema das Nações Unidas a nível de país e responde perante o Secretário-Geral, por intermédio do Administrador. Por outras palavras, com base neste modelo de governação, o representante residente representa igualmente certos órgãos, fundos, organismos e departamentos da ONU, presentes num país.

O objectivo

O objectivo primordial do PNUD é de promover o desenvolvimento humano sustentável, conceito que cobre uma abordagem pluridisciplinar integrada do desenvolvimento que coloca o ser humano no centro do processo do desenvolvimento e que tende a proteger as possibilidades oferecidas à geração actual e às gerações futuras respeitando os sistemas naturais, dos quais depende toda a vida. Os principais aspectos do desenvolvimento humano sustentável são os seguintes: capacitação, equidade e sustentabilidade. A ênfase do objectivo do PNUD está no fortalecimento das capacidades dos seres humanos de modo que possam ter uma vida digna. Com base nos aspectos do desenvolvimento humano sustentável, o PNUD concentra a sua assistência nas seguintes actividades:

- Eliminação da pobreza e proporcionar meios de subsistência sustentáveis
- Promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento humano sustentável
- Protecção e regeneração do meio ambiente
- Igualdade entre os sexos e a promoção da mulher

Em conformidade com as decisões 94/14 e 98/1 do Conselho de Administração, para todas essas actividades relacionadas com o objectivo primordial, o PNUD definiu um Quadro de Programação que reflecte as prioridades e os programas nacionais de desenvolvimento, procurando alcançar três objectivos seguintes:

- Reforçar a cooperação internacional tendo como finalidade o desenvolvimento humano sustentável e difundir as informações e desenvolver competências necessárias para alcançá-lo;
- Ajudar e apoiar a Organização das Nações Unidas a tornar-se uma força unificada e poderosa ao serviço do desenvolvimento humano sustentável;
- Centrar os recursos no próprio PNUD de maneira que contribua ao máximo para a realização dos objectivos principais conducentes ao desenvolvimento humano sustentável nos países com os quais coopera.

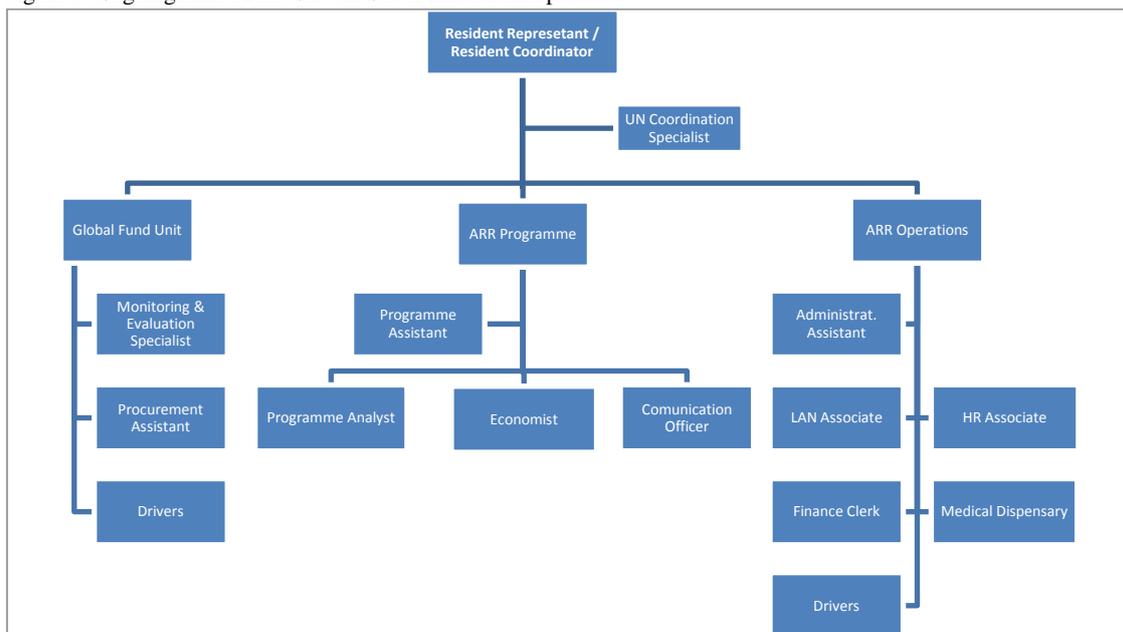
O PNUD em São Tomé e Príncipe

O PNUD em São Tomé e Príncipe representa uma das 166 agências do PNUD. Está ligado ao Governo de São Tomé e Príncipe através de um acordo global feito em 1977 e de acordos de cooperação plurianuais que definem as áreas de trabalho. O quadro de cooperação actualmente em vigor, aprovado na sede do PNUD e reformulado no documento *Country Programme Action Plan* (CPAP) assinado em Dezembro de 2006, abrangendo um período compreendido entre 2007 a 2011. O PNUD executa projectos no âmbito do desenvolvimento humano sustentável,

baseando-se principalmente na formação e reforço das capacidades para atingir seus objectivos. O financiamento desses projectos provém de diversos fundos: os recursos próprios, recursos mobilizados por parte dos parceiros bilaterais e multilaterais, instituições financeiras especializadas ancoradas nas Nações Unidas como o *Global Environment Fund (GEF)*, *United Nation Democracy Fund (UNDEF)*, *United Nation Fund for International Partnerships (UNFIP)* ou do *Global Fund to Fight Aids, Tuberculosis and Malaria (GFATM)*. Trabalha ainda com parceiros de instituições governamentais e organizações da sociedade civil como por exemplo as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Vários projectos do PNUD, em curso ou recentemente concluídos, beneficiaram da participação de doadores que procuraram ajudar a aumentar o seu impacto, que são os seguintes: Reino Unido para o projecto em torno de questões de petróleo; *United States Agency for International Development (USAID)* para questões de governação; União Europeia para a realização da Mesa-Redonda; *African Development Bank (ADB)* para as instalações de equipamentos comunitários; os Países Baixos Programa para o Desenvolvimento Local; Portugal para apoiar a Assembleia Nacional e o Tribunal de Contas; Brasil para a formação técnico-profissional. Em anexo 1, encontram-se os diferentes projectos em curso ou recentemente concluídos de acordo com os domínios de intervenção.

Figura 7: Organigrama do PNUD em São Tomé e Príncipe.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No topo do organigrama do PNUD encontra-se o Representante Residente do PNUD, Gana Fofang, que é o responsável máximo do PNUD em São Tomé e Príncipe, sendo, por norma, o Coordenador Residente do conjunto das agências das Nações Unidas que estão presentes no país, denominadas por United Nation Country Team (UNCT). Além do PNUD, este grupo é composto por United Nations Children's Fund (UNICEF), World Food Programme (WFP), United Nations Population Fund (UNFPA) e World Health Organization (WHO), acompanhado por um especialista de coordenação das Nações Unidas e por um conselheiro económico associado ao PNUD.

Dentro da agência do PNUD, há uma divisão em duas áreas, sendo uma delas a área do programa, área essa, que é responsável pela parte dos programas e dos projectos do PNUD e a outra área designada por área das operações, que é responsável pela parte da logística do funcionamento do PNUD e da operacionalidade dos programas e dos projectos. Além disso, dentro do PNUD encontra-se a unidade do *Global Fund to Fight Aids, Tuberculosis and Malaria* (GFATM), um dos Fundos das Nações Unidas pelo qual o PNUD é responsável pela sua gestão.

2. O Quadro de Cooperação com o País

As políticas e procedimentos aplicáveis à programação por países são preparados de acordo com o compromisso da Organização das Nações Unidas de melhorar a coerência e o impacto das actividades ao nível do país e com o compromisso do PNUD de garantir que os seus recursos sejam utilizados numa óptica orientada no sentido dos resultados. O quadro de cooperação, com os seus anexos, deve definir os resultados esperados dentro dos domínios estratégicos. Baseia-se nas prioridades e nos planos nacionais, nas circunstâncias próprias do país em consideração, nos ensinamentos retirados de cooperações anteriores e nos objectivos e domínios de apoio estratégico do PNUD. O governo colabora com o PNUD na preparação do quadro de cooperação com o país.

Objecto

O Quadro de Cooperação é um instrumento de programação através do qual um governo e o PNUD definem a cooperação que prevêem concluir num período de vários anos. Aquele instrumento indica os domínios nos quais o PNUD concentra as suas actividades, dadas as suas vantagens comparativas em relação às outras agências das Nações Unidas e é concedido de maneira a incentivar a gestão baseada nos resultados dos recursos do PNUD e a permitir o acompanhamento e a avaliação dos resultados esperados.

O Quadro de Cooperação do país define os principais resultados que o governo deseja obter com o apoio do PNUD e indica as estratégias a seguir para os atingir e as formas através das quais serão avaliadas, assim como, os indicadores que serão utilizados. Após a aprovação do Quadro de Cooperação do país, os recursos são atribuídos e os diferentes programas e projectos são formulados. É nesta fase que são identificados os resultados específicos e mensuráveis, que são incorporados no descritivo de apoio aos programas e aos projectos. A política de elaboração do quadro de cooperação deve respeitar os parâmetros fixados no United Nations Development Assistance Framework (UNDAF), constituindo a estrutura de planificação dos programas e dos projectos das agências da ONU em cada país, sendo o seu ponto de partida as principais conclusões e problemas identificados no Common Country Assessment (CCA) do país.

2.1. O Common Country Assessment (CCA)

A elaboração do CCA é uma das principais responsabilidades da ONU, constituindo para o PNUD, um elemento integrante do Quadro de Cooperação para o desenvolvimento do país, sob a direcção do Coordenador Residente e em colaboração com os principais parceiros, estando o Governo estreitamente associado a esse processo. O objectivo do CCA é o de aprofundar o conhecimento dos principais défices de desenvolvimento junto dos parceiros associados à sua elaboração, com base numa análise e numa compreensão comum da situação do país. É o ponto

de partida essencial do UNDAF, através do qual, são fundadas, entre outras, as conclusões formuladas e os principais problemas identificados no país.

O actual CCA em São Tomé e Príncipe resulta de uma avaliação colectiva conduzida em 2005 durante um período de 9 meses em que se identificaram as causas das questões chaves para o desenvolvimento do país. Seis grupos temáticos constituídos por peritos do governo, membros da sociedade civil bem como representantes da Organização das Nações Unidas trabalharam em seis diferentes áreas que foram constituídas. O CCA terminou em Novembro de 2005 e baseou-se nos resultados dos trabalhos de cada grupo temático. Em conclusão da análise do país, o CCA revelou a existência de algumas questões chaves para o desenvolvimento do país que são recorrentes e inter-relacionadas e que podem ser resumidas nos seguintes:

- Necessidade de melhorar as perspectivas de atingir a meta dos OMDs em 2015, em seus aspectos sociais, em particular.
- Necessidade de aumentar substancialmente o potencial de criação de riqueza e de emprego.
- Baixo nível do desempenho do governo e do seu impacto sobre a eficácia da acção pública e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

2.2. O United Nations Development Assistance Framework (UNDAF)

O UNDAF constitui um quadro de planificação dos programas e dos projectos por país dos organismos presentes na ONU. É elaborado no contexto do sistema do coordenador residente, sob a direcção do coordenador residente da ONU no país, em associação com o governo. O coordenador residente convida todos os membros da Organização das Nações Unidas a participar no processo de formulação, sendo importante associar plenamente o governo beneficiário na formulação do Plano Quadro das Nações Unidas para ajuda ao desenvolvimento. Durante o processo preparatório do UNDAF, são tidas em conta consultas estreitas com a sociedade civil, o sector privado e o grupo dos doadores, tais como, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e os bancos regionais de desenvolvimento. Durante períodos de recuperação económica e social, após situações de emergência, é considerado de interesse facilitar a participação de organizações humanitárias.

Objectivo

O Plano Quadro da ONU para ajuda ao desenvolvimento tem por objectivo a melhoraria da segmentação e da orientação no sentido dos resultados, na identificação dos domínios onde aquela organização pode trazer uma mais-valia graças aos pontos fortes que lhe são específicos como parceiro do desenvolvimento.

O processo UNDAF em São Tomé e Príncipe começou com um encontro de planificação estratégica em Novembro de 2005. Representantes do governo e da sociedade civil foram convidados em conjunto com os membros da *United Nation Country Team* (UNCT) para participarem de forma activa na formulação da matriz do UNDAF. Com base nas listas das áreas de cooperações delineadas no CCA, o aprovado *Poverty Reduction Strategy Paper* (PRSP) em 2002, os oito Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs) e as prioridades do governo, os participantes identificaram as áreas prioritárias de desenvolvimento nacional para São Tomé e Príncipe, para as quais e dadas as vantagens comparativas, a Organização das Nações Unidas, iria concentrar seus esforços durante 5 anos (2007-2011).

O UNDAF definiu duas estratégias que designou por *Outcomes*, e que foram conjuntamente formuladas de acordo com as duas áreas temáticas, identificadas pelos participantes do processo, sendo a primeira área a de Serviços Sociais Básicos e a segunda área, diz respeito a Boa Governação e Direitos Humanos, sendo adicionada àquelas áreas uma área transversal de cooperação relacionada com o género, que são :

- i. Outcome 1: Em 2011, uma grande parte da população vulnerável terá acesso aos serviços sociais básicos de qualidade e a um ambiente saudável
- ii. Outcome 2: Em 2011, as instituições públicas asseguram a protecção dos direitos humanos, a equidade na distribuição dos recursos naturais e o diálogo sustentável com a sociedade civil.
- iii. Área transversal de cooperação: Género. Em 2011, a dimensão de género será integrada em todos os níveis das cooperações futuras para assegurar igualdade visível dos sexos na política, economia e na vida social.

Outcome 1: Em 2011, uma grande parte da população vulnerável terá acesso aos serviços sociais básicos de qualidade e a um ambiente saudável

O *Outcome 1* estará relacionado com a primeira área temática do UNDAF onde são abordadas questões sobre o acesso aos serviços básicos de qualidade incluindo Saúde, Educação, HIV/SIDA, ambiente e protecção dos mais vulneráveis. De acordo com essas prioridades e necessidades, a ONU em São Tomé e Príncipe pretende alcançar, através dos seus programas, quatro resultados-alvos:

- Aumento da acessibilidade aos serviços de saúde de qualidade pelas populações vulneráveis.
- Reforço nas instituições nacionais multissetorial e na sociedade civil no combate ao HIV/SIDA.
- Melhoria no acesso à educação básica de qualidade para a maioria da população.
- Assegurar o acesso da maior parte da população a água potável e ao saneamento e assegurar um ambiente protegido.

Outcome 2: Em 2011, as instituições públicas asseguram a protecção dos direitos humanos, a equidade na distribuição dos recursos naturais e o diálogo sustentável com a sociedade civil.

O *Outcome 2* está relacionado com a temática de Boa Governação e Direitos Humanos, e destina-se a reforçar a capacidade das instituições públicas para consolidar o estado de direito e a protecção dos direitos humanos, que asseguram um envolvimento contínuo da sociedade civil. De acordo com essas prioridades e necessidades, a ONU em São Tomé e Príncipe tem alinhado as suas respostas colectivas para alcançar através dos seus programas três resultados-alvos:

- Reforço das instituições públicas para assegurar as suas próprias reformas e a aplicação transparente das leis.
- Harmonização da ajuda e coordenação do sistema em vigor.
- Descentralização eficiente com vista à redistribuição do rendimento nacional

Área transversal de cooperação: Género. Em 2011, a dimensão de género será integrada em todos os níveis das cooperações futuras para assegurar igualdade visível dos sexos na política, economia e na vida social

As mulheres representam pelo menos metade da sociedade de São Tomé e Príncipe, portanto, a não ser que as desigualdades de género sejam abordadas e às mulheres seja garantido igual acesso aos serviços sociais, incluindo igual participação na tomada de decisão, o sucesso do UNDAF será comprometido, uma vez que iria excluir 50% da população do país, privando-as de serem as interlocutoras directas para a resolução das suas necessidades. Isso não só teria um elevado impacto negativo no desenvolvimento do país, como também iria violar um dos primeiros princípios na Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição do país.

Nesse contexto, e para assegurar uma maior igualdade e participação na sociedade, as questões de género serão integradas através do ciclo de programação UNDAF. O UNCT propõe que a questão de género seja uma área transversal tendo uma dimensão que será integrada em todos os níveis da cooperação futura e visa que a igualdade de género seja assegurada de forma visível ao nível do exercício do poder político, da vida económica e social.

3. Domínio das actividades prioritárias do PNUD

Através de um processo consultivo que envolve o Governo e os representantes da sociedade civil, os doadores multilaterais e bilaterais, e membros do UNCT, o PNUD elaborou em 2006 o quadro do Programa de País para São Tomé e Príncipe para o período 2007-2011. O conteúdo deste ciclo de programa foi realizado, tendo especialmente em conta, as prioridades do Governo, do Quadro de Cooperação do UNDAF e as conclusões das avaliações de intervenções anteriores como o CCA de Novembro de 2005, a análise dos progressos feitos no sentido dos OMDs, bem como a Avaliação do Programa do País 2002-2006.

O período 2007-2011 do ciclo de programação apresenta a última oportunidade para São Tomé e Príncipe estabelecer a rede de segurança social básica para toda a sua população, antes que as receitas do petróleo cheguem e, acentuem drasticamente as desigualdades entre aqueles que irão beneficiar das receitas do petróleo e aqueles que, pelo contrário, não irão beneficiar daquelas. Em linha com os OMDs e as prioridades e os objectivos definidos pelo PRSP em 2002, o PNUD irá trabalhar em São Tomé e Príncipe em conjunto com o Governo para reforçar as capacidades nacionais e desenvolver o potencial das pessoas na sociedade e fá-lo-á através de programas que são baseados nas capacidades institucionais, operacionais e políticas e focando as vulnerabilidades das populações e das áreas menos desenvolvidas. O PNUD irá continuar a apoiar o Governo quer a nível central quer a nível local para o desenvolvimento sustentável, e para melhorar a igualdade de género, e reduzir para 2/3 a extrema pobreza em 2015.

O ciclo do Programa do PNUD em São Tomé e Príncipe irá focar a sua intervenção em três temas e num conceito que será integrado na conceptualização e implementação de todos os projectos e programas:

1. Redução da pobreza
2. Boa governação
3. Protecção ambiental
4. Equidade e igualdade de género.

Os temas da Redução da Pobreza e Protecção Ambiental correspondem ambos ao *Outcome 1* do UNDAF que se relaciona com o desenvolvimento dos recursos humanos e com o acesso aos serviços sociais básicos. A Boa Governação, por sua vez, diz respeito ao *Outcome 2* do UNDAF e é definido como a reforma das instituições públicas, reforço da capacidade institucional nacional e promoção da política da boa governação.

3.1. Eliminação da pobreza e meios de subsistência sustentáveis

O PNUD procura que os países, as instituições e os principais agentes com os quais interage reconheçam uma concepção da pobreza que vai muito para além da falta de dinheiro. O relatório sobre o desenvolvimento de 1997 introduziu um conceito de pobreza que se centra na privação das possibilidades e das escolhas das mais elementares e importantes para a realização do homem, a possibilidade de ter uma vida longa, sã e criativa, de gozar condições de vida decentes e de viver em liberdade, com dignidade, auto-estima e gozando o respeito dos outros. Esta visão considera a pobreza como um processo e não um como único estado, e tem em conta que no seio das populações, os mais pobres, não são vítimas passivas, mas sim os principais agentes que deverão lutar contra o seu empobrecimento. Ao invés de centrar-se nas fraquezas dos pobres, o conceito de pobreza humana incide sobre as capacidades potenciais dos pobres e sobre os bens de que necessitam para sair do trilho da pobreza. Falar na pobreza humana significa igualmente ter em conta o impacto crítico das desigualdades entre homens e mulheres, que perpetuam a pobreza não somente de uma geração a outra, mas também no interior da própria geração.

Em conformidade com a realização dos OMDs e o PRSP recentemente restabelecido pelo Plano de Acção prioritário, o Governo está comprometido a melhorar os cuidados de saúde e de educação para todos os cidadãos. O apoio da ONU é a grande procura para responder à crescente necessidade dos programas e dos projectos que irão ajudar a resolver as grandes deficiências existentes nessas duas áreas. O UNCT irá trabalhar em grupo para prevenir doenças como a cólera, que quase foi erradicada em 2005 ou a nova epidemia potencial, como é a gripe aviária, para fornecer assistência nas áreas tais como a da saúde maternal, medicina preventiva através de cobertura pela vacinação, acesso aos medicamentos, e através da melhoria da capacidade técnica do pessoal da área da saúde e da nutrição. O PNUD é o principal receptor do *Global Fund to Fight Aids, Tuberculosis and Malaria* (GFATM), e nesse aspecto continuará a trabalhar na implementação do plano nacional para debelar a malária, acelerando a resposta e assegurando o acesso e disponibilidade de medicamentos e meios de diagnóstico essenciais a esse fim.

Dado a vantagem comparativa, em relação às outras agências do UNCT neste domínio, no próximo ciclo de programação, o PNUD em São Tomé e Príncipe irá promover o acesso a novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) com o objectivo de reduzir a pobreza e o desenvolvimento sustentável. Sob o pedido do Governo para monitorizar os progressos feitos na redução da pobreza no seio da estrutura do PRSP, o PNUD irá continuar a trabalhar com o novo Observatório da Redução da Pobreza (ORP), reforçando as suas capacidades humanas e técnicas. O Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional e o relatório dos OMDs continuarão a ser os dois principais instrumentos à disposição do PNUD, para enunciar questões estratégicas de desenvolvimento e para iniciar a política de diálogo com o governo e a sociedade civil.

3.2. Promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento humano sustentável

O conceito de governação engloba as instituições, processos e mecanismos complexos para aqueles Estados, a sociedade civil e o sector privado articulando os seus interesses, ajustando os seus interesses divergentes, exercendo os seus direitos e as suas obrigações e compreendendo de forma eficiente e equilibrada a utilização óptima dos recursos existentes. Este modelo de governação baseado no ser humano é um reflexo dos compromissos estabelecidos e dos programas de acção adoptados durante a cimeira mundial para o desenvolvimento social, realizada em Copenhaga, em 1995.

O PNUD considera que uma boa governação está ligada a um reforço das capacidades institucionais nacionais na elaboração e execução das políticas, de prestação de serviços públicos de forma eficiente e de uma gestão transparente e responsável das contas públicas perante a sociedade. É necessário, de acordo com esse objectivo, promover o Estado de direito, os direitos do Homem, a manutenção da paz, da segurança e da estabilidade política e implementar o quadro jurídico e um conjunto das políticas gerais que propiciem às populações a possibilidade de realização das suas aspirações e de serem livres e responsáveis pelo bem-estar de todos.

O PNUD apoia os processos de democratização e encoraja a descentralização com o fim de facilitar a partilha de responsabilidades em matéria de governação nos escalões central, regional, local, urbano e comunitário. No que diz respeito à gestão eficiente do sector público, o PNUD encoraja a existência das funções públicas eficientes, os sistemas financeiros transparentes e responsáveis e quadros institucionais eficientes para a gestão dos recursos nacionais e exteriores destinados ao desenvolvimento humano sustentável. Por outro lado, o PNUD tem um papel de intermediário facilitando o diálogo entre o governo, o sector privado e a sociedade civil e de apoio aos esforços de reconciliação e de procura de um consenso nos países que conheceram problemas civis, que saíram de uma situação de conflito.

No âmbito do ciclo de programação do PNUD em São Tomé e Príncipe, a boa governação corresponde ao *Outcome 2* do UNDAF, que pressupõe reformas das instituições públicas, reforço das capacidades nacionais e promoção da política da boa governação. Tal permitirá o estabelecimento de um equilíbrio entre a procura da economia de mercado e o bem-estar social dos seus cidadãos que propiciem as pessoas um ambiente favorável da realização as suas próprias escolhas e aumentem o seu potencial humano. Dentro da Boa Governação, o programa do PNUD será articulado em três áreas principais para assegurar a abordagem centrada nas pessoas e o desenvolvimento humano sustentável: Governação Económica, Governação Democrática e Governação Local.

Governação Económica: O desenvolvimento de políticas e de planos de desenvolvimento sustentável serão cruciais em São Tomé e Príncipe para poder assegurar que os benefícios das receitas do petróleo garantam uma rede de segurança social básica para toda a população, incluindo a mais vulnerável. Nesse aspecto, o PNUD continuará a promover a transparência no uso de recursos, e em particular, irá apoiar o estabelecimento do Escritório de Registos e de Informação e duma Comissão de Supervisão e estará a trabalhar na construção de suas capacidades a nível institucional, técnica e logístico desta mesma Comissão.

Governação democrática: Dada a restrição socioeconómica do país e a sua democracia relativamente jovem, o desafio é o de construir um ambiente que permita que os mais

vulneráveis possam vir a beneficiar das oportunidades do crescimento económico assegurando de forma eficiente os gastos direccionados para o desenvolvimento social em sectores tais como o da saúde e o da educação. Para reforçar as capacidades do Estado, e promover a participação de todos os membros da sociedade, o PNUD irá ajudar o governo a estabelecer como prioridade as reformas das instituições públicas, a estabelecer o estado de direito, a reforçar a lei da democracia relativamente jovem, e continuará a apoiar o Tribunal Constitucional e o Parlamento.

Governança Local: Desde a instauração da democracia em São Tomé e Príncipe, as reformas e a descentralização do Governo têm sido negligenciadas, tendo sido realizadas as últimas eleições regionais e municipais em 1994. No contexto das políticas de redução da pobreza, são desenvolvidas e implementadas políticas pró-pobres descentralizadas assegurando que aquelas sejam reforçadas por mecanismos e recursos apropriados, o que é central para a eficiência da descentralização, da distribuição do rendimento e da governação local. O apoio do PNUD focar-se-á no reforço da capacidade do sistema de planeamento, da participação local e da gestão local orientadas no sentido da rede de segurança social para os grupos sociais mais vulneráveis.

3.3. Protecção e regeneração do meio ambiente

A utilização racional dos recursos naturais e a protecção e recuperação do ambiente constitui um dos quatro principais domínios a que o PNUD se dedica a promover o desenvolvimento com o fim de combater a pobreza. O objectivo do PNUD é o de assegurar que os seus programas sejam ecologicamente racionais e que não afectem os recursos naturais de maneira a limitar as opções nacionais e internacionais de desenvolvimento no futuro, sendo um pré-requisito indispensável para a eliminação da pobreza e para o desenvolvimento humano sustentável. O PNUD incentiva a criação de parcerias entre o sector público e privado com o fim de melhorar o ambiente urbano e dedica-se a maximizar os efeitos de sinergia nessas intervenções e envidar esforços para atenuar as mudanças climáticas, para conservar a biodiversidade, reforçar a protecção internacional das águas e reduzir as emissões de substâncias que empobrecem a camada de ozono, como previsto pelo Protocolo de Montreal.

Para orientar as suas actividades, o PNUD inspira-se na Agenda 21, que é um plano de acção internacional acordado na Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento com o fim de promover um desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 considera o ambiente e os recursos naturais como indissociáveis e relacionados com a qualidade da vida e com os elementos-chave de toda a estratégia de redução da pobreza. Considera-se que o apoio para a concepção e integração nos quadros das políticas nacionais de desenvolvimento sustentável, dos objectivos da Agenda 21, é de particular importância na luta contra a pobreza. Assim, o PNUD centra-se na necessidade de alargar o acesso dos pobres aos serviços energéticos e de exploração de fontes de energia renováveis e de novas tecnologias, apoia as estratégias que tendem a melhorar a segurança alimentar e as práticas agrícolas, os planos de intervenção em caso de seca e gestão de terras áridas e fornece apoio nos domínios como a gestão das florestas e uma gestão integrada dos recursos com água doce e dos ecossistemas aquáticos.

São Tomé e Príncipe é dotado de um dos mais ricos e mais diversificados ecossistemas em África, com abundância de florestas e de vida marinha subaquática. Contudo, a degradação ambiental das terras e das linhas costeiras e a desflorestação de grandes áreas começam a suscitar preocupações. O PNUD em São Tomé e Príncipe irá focar-se na protecção ambiental

trabalhando em conjunto com as autoridades nacionais para aumentar as suas capacidades de cumprir e de fazer cumprir as Convenções internacionais ambientais, irá também reforçar a capacidade de gestão das instituições ambientais nacionais responsáveis pela implementação do *National Environmental Plan for Sustainable Development* (NEPSD), plano recentemente estabelecido pelo Estado com o objectivo de resolver os problemas ambientais mais importantes existentes em São Tomé e Príncipe, e irá apoiar o governo no estabelecimento e recolha de dados, monitorização e gestão do sistema para supervisionar e manter ambientalmente as terras protegidas.

3.4. Igualdade de género e promoção da mulher

A igualdade de género e a promoção da mulher são aspectos indissociáveis no desenvolvimento humano equitativo e sustentável. O PNUD dedica-se a promover a igualdade de capacidades e de possibilidades entre homens e mulheres a fim de contribuir para atenuar a pobreza e promover os meios de subsistência sustentáveis, a regeneração do ambiente e uma boa governação, com base no Plano e Acção de Pequim, 1995, que reforça e amplia a vontade manifestada pela comunidade mundial de eliminar a pobreza, principalmente feminina.

A estratégia seguida pelo PNUD nesse domínio, tende a integrar sistematicamente o objectivo que é a igualdade de género nas políticas e nos programas da organização a todos os níveis e mecanismos de afectação de recursos e dos sistemas e práticas da organização. Este é um método que tende a garantir que os homens e as mulheres participem igualmente nos processos de desenvolvimento tanto como agentes como beneficiários. Esta perspectiva põe a ênfase na elaboração de abordagens e de métodos do reforço das capacidades e dos sistemas de informação e na criação de redes para a igualdade de géneros ao nível nacional, principalmente para implementar o plano de acção de Pequim e os compromissos assumidos na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

As políticas de género não serão objecto de uma intervenção específica, mas antes serão integradas em todo o programa. Isto implica prestar especial atenção às questões da igualdade e equidade de género na conceptualização, formulação e implementação de cada projecto e programa e ter em conta a sensibilidade de género nas modalidades de monitorização e de avaliação. Além disso, sob o United Nations Population Fund (UNFPA) e a liderança do PNUD, o UNCT irá apoiar o governo para fortalecer e implementar a Estratégia Nacional sobre o Género.

As actividades específicas nestes domínios são notoriamente os seguintes: o apoio às análises diferenciadas por sexo utilizado para estabelecer os relatórios nacionais sobre o desenvolvimento humano; o apoio ao reforço do papel das mulheres, em particular em matérias de tomada de decisão, de prevenção das crises e da reconstrução; o apoio à promoção da igualdade de acesso das mulheres aos recursos e aos bens económicos e sociais; o apoio as medidas tendentes a reforçar os direitos fundamentais das mulheres, especialmente os da segurança e do direito à não-violência; apoio à elaboração de indicadores e de estatísticas desagregadas por sexo; o reforço da capacidade dos governos e das organizações das sociedades civis que reflectem as considerações de género nas suas actividades; e o reforço das redes, sensibilização e consciencialização pública sobre a igualdade de género e a promoção das mulheres.

4. Os Recursos geridos pelo PNUD

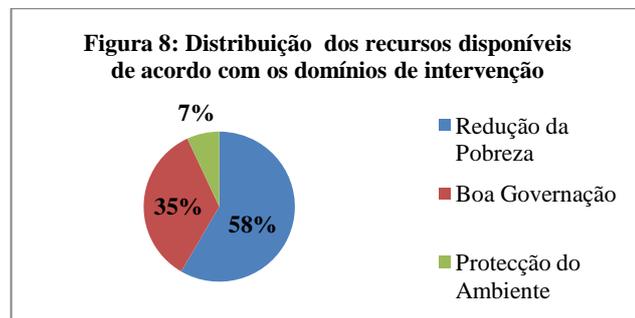
As agências do PNUD têm acesso a uma série de fundos para realizar as actividades ao título dos programas e dos resultados conforme os objectivos referidos nos domínios estratégicos, através da mobilização de recursos, um processo que consiste na junção dos fundos necessários para execução dos programas e dos projectos. Os fundos provêm dos anúncios oficiais das contribuições dos Estados Membros, designados por recursos de base recursos destinadas a financiar as actividades básicas do PNUD. As actividades programadas pelo PNUD exigem igualmente outros tipos de recursos que consistem nas participações nos custos, fundo de afectação especial ou contribuições em espécies de contrapartida dos governos. Recursos adicionais daqueles recursos são depositados nos fundos administrados pelo PNUD, como os United Nations Volunteers (UNV), o United Nations Capital Development Fund (UNCDF) e o United Nations Development Fund for Women (UNIFEM), e as actividades do PNUD podem igualmente serem objecto de um financiamento paralelo e da gestão de contratos de serviço.

Os principais recursos de base que são utilizados, em combinação com os outros recursos dos parceiros, para financiar os programas previstos dentro do quadro de cooperação com os países. A divisão de planificação e de coordenação dos recursos afecta os fundos destinados aos diferentes países de acordo com o método de repartição aprovado pelo Conselho de Administração, que tem em conta o produto nacional bruto por habitante do respectivo país e outros critérios determinados pelo conselho. Essas afectações são ajustadas periodicamente, durante toda a duração do Quadro de Programação, em função do montante efectivo das contribuições anunciadas ao título dos recursos de base e de outros factores relacionados com a gestão desses recursos.

Os outros recursos disponíveis são para a execução de projectos nos países que se encontram em situações de desenvolvimento particulares de urgência, como por exemplo em situações de guerras, desarmamentos, catástrofes naturais. Eles têm como objectivo de ajudar a financiar as actividades de cooperação técnica para prevenir uma crise ou reduzir a gravidade da situação. Também podem ser igualmente utilizados para reforçar a capacidade do sistema das Nações Unidas de intervir em situações como estas, nomeadamente, para facilitar a coordenação da reacção de outros parceiros quando surge uma crise repentina.

Quadro 29: Distribuição dos Recursos do PNUD em São Tomé e Príncipe	
Domínio de Intervenção	Recursos Disponíveis, USD
Redução da Pobreza	4.634.000
Boa Governação	2.750.000
Protecção do Ambiente	550.000
Programa do país	7.934.000

Fonte: PNUD, 2010.



O ciclo de Programação 2007-2011 do PNUD apresenta uma estrutura financeira dos recursos disponíveis valor total em cerca de 8 milhões de USD, sendo atribuídos, de acordo com a sua alocação consoante os domínios de intervenção em São Tomé e Príncipe, cerca de 58% do montante total gerido pelo PNUD para o domínio da Redução da Pobreza, 35% no domínio da Boa Governação e de cerca de 7% no domínio da Protecção Ambiental.

5. Avaliação no PNUD

Os apoios e serviços do PNUD consistem em programas, projectos, parcerias e também em advocacias, recomendações políticas e coordenação da ajuda, que são designadas por *soft-assistance*, alguns dos quais podem ou não ser enquadrados num projecto. Os programas e os projectos têm estruturas de resultados que especificam o mapa dos resultados e os resultados pretendidos a nível do curto e médio prazos. As avaliações no PNUD são executadas para cobrir adequadamente aquele amplo leque das iniciativas de modo a avaliar as suas mais-valias e apoiar os esforços de aprendizagem e responsabilidades das organizações. Esta arquitectura de avaliação no PNUD corresponde, assim, à estrutura pragmática do PNUD e das suas componentes. A avaliação é crucial para o PNUD progredir rumo à promoção do desenvolvimento humano. O sucesso do PNUD depende, em parte, na capacidade do PNUD executar avaliações credíveis e usá-las para tomar decisões baseadas em factos.

A avaliação é um processo selectivo que tenta de forma sistemática e objectiva analisar os progressos realizados em direcção e no alcance de um resultado. A avaliação não é um acontecimento estático, mas sim, um processo que envolve análise de diferentes objectivos tidos em conta em certos pontos no tempo, em resposta às necessidades envolventes para avaliar os conhecimentos e aprendizagens adquiridas durante o esforço feito para alcançar um resultado. Todas as avaliações, mesmo as avaliações dos projectos em que se analisa a relevância, o desempenho e outros critérios, terão de estar relacionados com os resultados, em vez de apenas implementação ou de produtos imediatos.

As avaliações no PNUD apoiam a prestação de contas à sua Administração, doadores, governos, parceiros nacionais e beneficiários. Quando as avaliações são usadas de forma eficaz, elas são um suporte à melhoria do programa, à geração de conhecimentos e à prestação de contas.

No apoio à **melhoria do programa**, o interesse está em saber se funcionou ou não, porquê e em que contexto. Os tomadores de decisões, tais como os gestores, usam as avaliações para fazerem melhorias necessárias, ajustamentos e implementação de estratégias, e decidirem face a alternativas. As avaliações que abordam esse tipo de questões precisam de fornecer informações concretas em como as melhorias poderiam ser feitas ou que alternativas existem para abordar as melhorias necessárias.

Na **geração de conhecimentos**, o principal interesse está no desenvolvimento do conhecimento para uso global e para generalização noutros contextos e situações. Quando o interesse reside na geração de conhecimentos, as avaliações implementam geralmente uma metodologia mais rigorosa para assegurarem um maior nível de precisão na avaliação e que a informação produzida permita, para a generalidade, uma aplicação mais ampla para além de um contexto particular.

No apoio à **prestação de contas**, o interesse está na determinação da mais-valia e do valor de uma iniciativa e das suas qualidades. Uma estrutura de prestação de contas eficiente requer informações credíveis e objectivas, e as avaliações podem fornecer tal informação. As avaliações ajudam a assegurar que os objectivos e as iniciativas do PNUD estejam alinhadas com os OMDs e as prioridades das organizações parceiras nacionais e internacionais. O PNUD é responsável pelo fornecimento do resultado das avaliações que relacionam as contribuições do PNUD em termos do alcance dos resultados e prestação de serviços num país com os princípios do desenvolvimento humano.

Os tipos de avaliação no PNUD

Os princípios, normas e padrões adoptadas pelo PNUD com vista a reforçar e guiar a prática e o uso da avaliação estão expressos nas políticas e nas Normas e Padrões para Avaliação nas Nações Unidas do United Nations Evaluation Group (UNEG). As normas de avaliação, isto é, a forma como devem ser conduzidas de modo a estar dentro do padrão de qualidade requerida e os seus propósitos estão resumidos em anexo 2. Existem duas categorias de avaliação no PNUD: avaliações independentes e descentralizadas.

As avaliações independentes são realizadas pelo Escritório de Avaliação do PNUD sob as ordens do Conselho de Administração. É uma unidade que tem a seu cargo avaliações independentes porque o Escritório de Avaliação é independente da gestão do programa e não faz parte do subsequente processo de tomada de decisão quanto ao assunto sob avaliação. O Escritório de Avaliação também é requerido para conduzir as avaliações do programa do país, avaliações do programa regional e global, e avaliações temáticas em conformidade com o programa de trabalho que foi aprovado pelo Conselho de Administração.

O Escritório do país executa vários tipos de avaliações descentralizadas e assegura que elas forneçam informações adequadas sobre o desempenho global do seu apoio num determinado contexto. Assim sendo, o Escritório do país extrai de uma série de tipos de avaliação que são baseadas nas áreas da assistência ao desenvolvimento no país, a nível regional ou a nível global. Isto inclui: quadro de Cooperação UNDAF; quadro de programação do país; resultados; áreas temáticas; projectos. A avaliação descentralizada mais comum é a avaliação dos projectos e dos resultados. O escritório do país conduz essas avaliações de forma autónoma através da contratação de consultores externos da comissão de avaliação.

5.1. A Avaliação do projecto

Cada vez mais, a avaliação dos projectos desempenha um papel importante na prestação de contas aos doadores e aos governos envolvidos no financiamento dos projectos. O primeiro propósito da avaliação dos projectos é o de contribuir para melhorias, para continuar uma iniciativa, para avaliar os impactos noutros parâmetros, ou para ter em consideração alternativas.

A avaliação do projecto analisa o desempenho do projecto em relação com o alcance dos resultados pretendidos. Fornece informações úteis sobre os meios necessários para implementação dos projectos e o alcance dos outputs. É a este nível que as causas directas e atribuições podem ser abordadas dado a estreita ligação causal entre as iniciativas e os outputs. O PNUD, ao nível do escritório do país, pode propor a avaliação dos seus respectivos projectos, conforme considere necessário. Gerir em função dos resultados requer um bom conhecimento dos projectos, os seus objectivos, factores internos e externos que afectam a sua eficácia, as suas mais-valias e sua contribuição para um maior nível de resultados.

5.2. Coerência do projecto

O projecto em causa, resulta de um acordo celebrado em Novembro de 2004 entre o PNUD e o Governo de São Tomé e Príncipe, representado pelo Ministério das Negóciois Estrangeiros, por um lado, e pelo Ministério da Economia e Finanças, por outro lado. Este projecto foi codificado sob o número 041583 e intitula-se de “Suporte para a Implementação do Mecanismo de Seguimento e Avaliação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza”. O seu ciclo de vida abrange o período 2005-2009. O projecto visa a ajudar o governo a implementar e tornar operacional e produtivo um dispositivo que permita seguir e avaliar periodicamente o nível de progresso na implementação da estratégia contra a pobreza adoptado pelo país de 2002-2015.

A elaboração em 2002 do PRSP dá uma maior possibilidade ao Governo de São Tomé e Príncipe para fazer face aos défices do desenvolvimento, de uma forma articulada e coerente. O primeiro relatório dos OMDs, publicado no início de 2004 pelo PNUD, reporta elementos quantitativos que mostram os esforços que o país deve realizar para atingir os objectivos em 2015. Contudo, a situação actual é caracterizada, por um lado, pela ausência de acompanhamento e avaliação das políticas de luta contra a pobreza e por outro lado, pela fraqueza do sistema nacional estatístico nacional, o que justifica amplamente a implementação de um programa que vise a melhoria desse sistema.

Tendo em conta as necessidades urgentes e os compromissos nacionais com vista a disponibilizar as informações estatísticas mínimas, e responder à procura de informação requisitadas para acompanhar e avaliar as estratégias de redução da pobreza, os serviços do PNUD foram solicitados pelo Governo. Por um lado, para ajudar à criação e implementação de um mecanismo nacional de seguimento e de avaliação e de reactualização periódica da PRSP e dos indicadores dos OMDs e por outro lado, para contribuir no reforço das competências em matéria de recolha de dados, de realização de inquéritos as famílias e de um *Core Welfare Indicator Questionnaire* (CWIQ), de análise e de difusão de dados estatísticos com vista a melhor orientar as estratégias, as políticas e os programas destinados a reduzir a pobreza e atingir os OMDs.

O mecanismo nacional do seguimento e avaliação, implicado pelo projecto, permitirá o país de obter os seguintes resultados:

- Organizar uma Mesa Redonda dos parceiros ao desenvolvimento do país.
- Conhecer o estado da implementação do Plano de Acção do PRSP
- Produzir e difundir um sistema de informação de uma forma periódica acerca dos indicadores associados ao Plano de Acção (PA) do PRSP e dos OMDs de maneira a permitir o acompanhamento e a avaliação do PRSP e dos OMDs.
- Reforçar as capacidades do sistema nacional de estatística, com base nos indicadores de acompanhamento harmonizados.
- Efectuar debates nacionais acerca das prioridades específicas consagradas no desenvolvimento.

O projecto visa apoiar o INE a implementar um sistema de informação e de gestão de dados, responsável por gerar informações para o acompanhamento da PRSP e dos OMDs. O Projecto permitirá igualmente favorecer a harmonização das metodologias de recolha e análise dos dados ao nível nacional. Além disso, o projecto contribuirá para o reforço da capacidade nacional, principalmente da célula de acompanhamento do PRSP do Ministério do Planeamento e das

Finanças e do Instituto Nacional de Estatística, com vista à realização de um inquérito às despesas das famílias e de um *Core Welfare Indicator Questionnaire* (CWIQ) para actualização dos indicadores de pobreza.

Este projecto ajudará o Governo, através da criação de uma célula do PRSP designada de Observatório da Redução da Pobreza (ORP), a implementar um mecanismo nacional permanente, no seio do Ministério do Planeamento e Finanças, que efectuará as seguintes actividades:

- Elaboração de documentos metodológicos
- Recolha de dados estatísticos com o apoio do INE
- Organização de seminários e de workshops
- Sistematização e harmonização dos indicadores seleccionados
- Actualização e difusão dos dados estatísticos como instrumento de acompanhamento e avaliação da PRSP e dos OMDs
- Realização do acompanhamento e avaliação da implementação da PRSP e dos OMDs através da elaboração dos relatórios de acompanhamento e avaliação sobre o PRSP e OMDs para permitir a actualização do Plano de Acção da PRSP.

O dispositivo criado permite, através dos inquéritos e das avaliações feitas por estruturas públicas, de medir a eficácia, eficiência e o impacto das políticas e dos programas implementados no quadro da PRSP. O projecto irá promover e apoiar uma aproximação de coordenação e de harmonização dos dados construídos em torno da convergência necessária que deve se desenvolver na recolha, análise e difusão dos dados económicos e sociais. O apoio para a Implementação do Mecanismo de Seguimento e Avaliação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza no quadro dos OMDs far-se-á através do:

- O reforço da célula de PRSP implicada no seguimento e avaliação e dos quadros do INE implicados nas actividades de inquérito sobre as famílias e o inquérito do CWIQ.
- A sistematização e harmonização dos indicadores da PRSP no quadro dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs).

Quadro institucional

A célula do acompanhamento do PRSP prevista pelo projecto é uma unidade técnica da Direcção de Planeamento do Ministério do Plano e Finanças, anexada na Direcção dos estudos e das análises da Direcção do Plano e é constituída por funcionário do Ministério. A estrutura, o estatuto, as normas, o modo de funcionamento, o programa de acção e as actividades daquela estrutura são definidas pelo ministério de Plano e Finanças. O ministério do Plano e das Finanças irá estabelecer dentro de cada ministérios uma unidade de reportório dos projectos existentes e das suas avaliações e de servir de ponto focal para a célula do acompanhamento PRSP dentro dos ministérios. Estas unidades serão encarregues de passar as informações à célula para permitir um acompanhamento e avaliação ao nível nacional.

A comissão técnica tem um papel importante no quadro institucional para supervisionar o acompanhamento, a avaliação e a implementação actualizada do PRSP. No contexto de coordenação da ajuda, o comité tem a função de orientar melhor as ajudas destinadas para a realização dos objectivos do PRSP. O acompanhamento e a avaliação do PRSP requerem uma análise profunda da parte dos decisores e dos doadores dos fundos sobre o supervisionamento institucional que permitirá de uma parte, uma coordenação da ajuda para financiar o Plano de

Acção (PA) e de outra parte, permitirá a reorientação periódica da estratégia do próprio Comité de continuar a fornecer as informações de acompanhamento e de avaliação.

Coerência do Projecto em relação ao PNUD

À luz dos documentos de referência do PNUD, o projecto também mostra um bom nível de coerência, em conformidade com um dos principais instrumentos do PNUD que é o UNDAF. O projecto surgiu no âmbito do quadro de programação comum UNDAF/2002-2006 São Tomé e Príncipe, que é, portanto, o repositório apropriado, tendo em conta a sua relevância. Este quadro foi estruturado em torno de 4 áreas de desenvolvimento para o país:

1. Estabilidade Financeira
2. Promoção do sector privado
3. Melhoria das políticas sociais
4. Reforma das instituições públicas

A questão do acompanhamento das políticas de desenvolvimento encarregada pelo projecto em avaliação é transversal, ainda que implicitamente, a todas aquelas 4 áreas de concentração acima mencionados, uma vez que para elas há necessidade de se saber regularmente o caminho percorrido de modo a estabelecer estratégias e objectivos realistas. Mas ainda assim, o acompanhamento é explicitamente mencionado como uma dimensão essencial dos programas no terceiro eixo relacionado com a "Melhoria das políticas sociais" que promovem "o estabelecimento de sistema de dados confiáveis" como uma prioridade, a par da educação, da saúde e infra-estrutura em geral.

O capítulo do UNDAF 2007-2011 consagrado no Quadro de Cooperação, também deu à ONU uma grande ambição em matéria de acompanhamento e avaliação, como resulta do ponto dos "Programas e os Orçamentos Orientados para Resultados". Das três orientações estabelecidas no presente quadro, a segunda apela a uma "organização concertada, em cada agência e em particular, organização e ao acompanhamento periódico de indicadores quantitativos e qualitativos, determinado, para permitir monitorizar e avaliar a implementação efectiva do exercício do UNDAF.

No total, resultando da análise do conteúdo do Quadro de Cooperação UNDAF em São Tomé e Príncipe (UNDAF-STP/2002-2006), o projecto é perfeitamente coerente com o instrumento de programação do PNUD. A necessidade de fornecer os meios para acompanhar e avaliar adequadamente as actividades de desenvolvimento tinha sido formalmente considerada como um ponto de cooperação entre United Nation Country Team (UNCT) e o país.

Custos e Modalidade de financiamento

O projecto tem um custo previsto em 300.000 USD, que será financiado por um dos parceiros principais de São Tomé e Príncipe que é a União Europeia, após a organização da Mesa Redonda. O PNUD apoia a equipa do projecto a calcular e a definir os custos de funcionamento, as necessidades financeiras e outras necessidades para o bom funcionamento desta "célula", e os bens para a criação e implementação do mecanismo de acompanhamento, avaliação e actualização periódica da PRSP e dos OMDs. Contudo, os custos para o funcionamento desta estrutura são da responsabilidade das autoridades nacionais.

5.3. Avaliação da eficácia do projecto

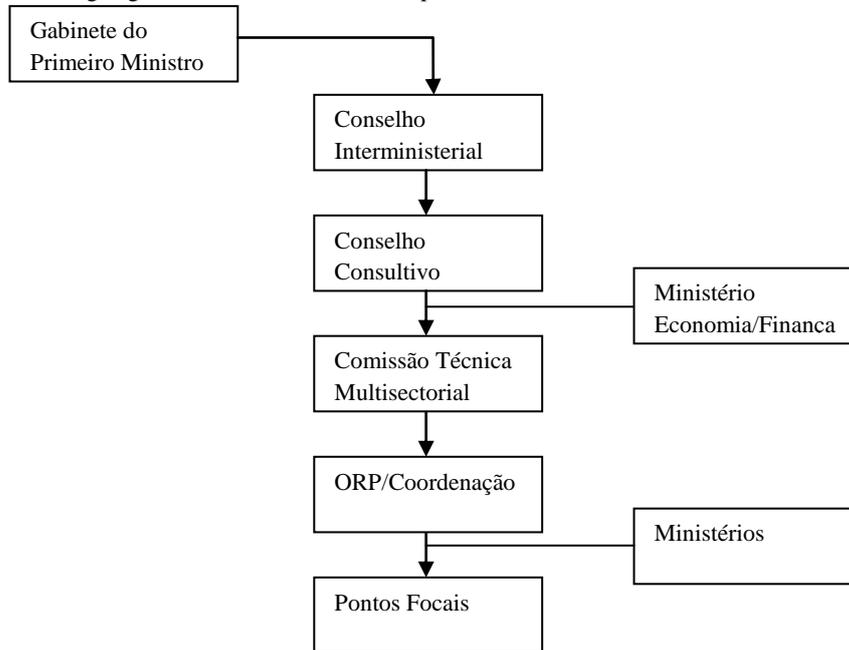
A eficácia operacional de um projecto é medida pela sua capacidade de fornecer, nas condições previstas, os produtos e serviços para os quais foram disponibilizados recursos e que justificam em última análise, a sua existência. Neste caso, o Projecto de apoio à criação de um mecanismo de acompanhamento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, permitiria alcançar os objectivos resumidos na segunda coluna do quadro sintetizado. A terceira coluna apresenta os resultados efectivamente alcançados. Além do evento que constitui a Mesa Redonda de doadores, de acordo com os resultados que o projecto forneceu e que permitiu medir sua eficácia operacional, podem ser organizados em três grupos principais:

- Quadro Institucional.
- Desenvolvimento de capacidades.
- Produção de resultados.

Quadro Institucional

Nos termos do quadro institucional, um mecanismo de *multi-stakeholder* foi realmente implementado pelo Estado em Dezembro de 2005, ou seja, um ano após a execução do Projecto. Este dispositivo é dirigido por um órgão composto por um Conselho Interministerial. O Conselho, presidido pelo Primeiro-ministro que deve reunir-se duas vezes por ano e inclui outros treze membros do governo: os Ministros do Planeamento, Cooperação, Educação, Saúde, Trabalho, Solidariedade, Comunicação Social, Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Figura 9: Organigrama do mecanismo de acompanhamento do PRSP.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Este elevado nível de ancoragem pode ser interpretado como um sinal de que o Estado atribui grande importância ao acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza. No entanto, estamos também impressionados com a lista bastante restrita de membros desta instância. A tutela de sectores estratégicos como o do ambiente, e daqueles que levam a cabo a implementação de muitos programas de desenvolvimento, não estão representados no Conselho. É verdade que o processo pode chamar os outros membros do Governo de gestão dos programas listados no Plano de Acção Prioritárias (PAP) do PRSP. Também se observa que,

tratando-se de um Conselho Interministerial, a instância não pode incluir representantes das comunidades e da sociedade civil, que são, no entanto, partes principais chaves de uma dinâmica de monitorização participativa.

O Conselho Consultivo, é o órgão que vem a seguir, que aparece em representação de organizações locais e da sociedade civil. No entanto, como o próprio nome diz, o Conselho Consultivo não é um órgão de decisão, é um órgão consultivo pelo que apenas emite recomendações. Os agentes não estatais, por consequência, estão excluídos, de facto, da gestão estratégica do mecanismo nacional de monitorização e avaliação. Para que seja possível a sua participação ao mais alto nível deste dispositivo, seria necessário implementar, não um órgão ministerial, mas uma estrutura comum que incluísse todas as participações pertinentes, sem interferir com a responsabilidade de membros do governo.

Abaixo destes dois organismos (Conselhos Interministerial e Consultivo), o decreto criou um Observatório de Redução da Pobreza interrelacionado com os sectores do Estado pelos pontos focais. Estes últimos são importantes pelo facto que os agentes estão cientes de que num quadro de monitorização não se pode realizar esta tarefa, sem se apoiar num trabalho baseado na diligência dos diversos sectores que apoiam os investimentos do país. Esta ideia de um acompanhamento muito próximo, e em primeiro lugar no interior dos ministérios, é de grande relevância.

No entanto, a experiência, mostrou que o interface Observatório/pontos focais não teve a eficiência esperada. Os pontos focais não tiveram aderência suficiente nos seus sectores, tornando difícil a recolha dos dados que as diferentes estruturas deviam cobrir. Por outras palavras, os pontos focais do ponto de vista institucional não se revelaram suficientemente fortes para levar às suas congéneres sectoriais esta cultura de informação padronizada, essencial para o funcionamento de um verdadeiro sistema de monitorização e avaliação. Muitas vezes, os responsáveis operacionais que são endereçados não comunicam os dados solicitados ou não o fazem a tempo e com padrões de qualidade e quantidade desejáveis.

As pessoas que animaram os pontos focais indicam também que muitas vezes enfrentaram problemas de recursos para desempenharem as suas funções de forma eficiente. A dispersão dos locais de recolha de informações obrigou-os a deslocamentos importantes que não estavam abrangidas pelo projecto. As suas administrações não colocaram à sua disposição a logística necessária para essa mobilidade, a que não é estranho a falta de reconhecimento interno acima mencionada como uma das fraquezas principais dos pontos focais.

Em todo o caso, é neste contexto de relativa ineficiência que levou as autoridades nacionais a decidir a supressão dos pontos focais como uma ligação sectorial ao mecanismo institucional para o acompanhamento, criando de facto uma separação entre o nível central de acompanhamento e de avaliação e o nível sectorial onde se poderiam conduzir as intervenções de desenvolvimento e luta contra a pobreza.

Retém-se, portanto, que depois da supressão de pontos focais em 2008, o Observatório não tem mais intermediário a nível sectorial. Dotado de poucos recursos humanos, este órgão sozinho não pode, ao mesmo tempo, cobrir os vários sectores de investimento em termos de recolha de dados e acompanhamento de actividades realizadas. Além disso, depois de 2008, o Observatório não tinha mais quadros operacionais para proceder à avaliação da execução PRSP. Na verdade, a única prioridade do Plano de Acção desenvolvido como quadro de operacionalização do PRSP

era para o período 2006-2008 e, portanto, chegou ao fim do ciclo. Um novo PAP não foi elaborado pelos serviços de planeamento, porque o Estado quis comprometer-se no novo exercício de planeamento que deu origem ao projecto de Plano Estratégico para o Desenvolvimento e para a Redução da Pobreza (2010-2015). Assim em 2009, o Observatório não se comprometeu no processo de elaboração de um relatório de acompanhamento sobre a implementação do PRSP, mesmo não estando o novo plano completo.

Nos termos do desenvolvimento de capacidades

Nos termos do desenvolvimento de capacidades, o projecto tem no seu activo várias realizações que têm contribuído para fortalecer as três instituições que são: o Observatório de Redução da Pobreza, o Instituto Nacional de Estatística e o Departamento de Planeamento.

Quanto ao Observatório, o projecto pôs à disposição os recursos materiais compostos nomeadamente por equipamentos de informática e da logística de transportes. Os recursos humanos foram mobilizados pelo Estado, o projecto contribuiu significativamente para a formação de competências através de formações directas ou visitas de experiências. O reforço das competências também assumiu a forma de mobilização de especialistas externos (institucionais e consultores individuais) trabalhando em conjunto com a equipa do Observatório e de outros agentes envolvidos no acompanhamento.

Neste contexto, por exemplo, como um interveniente especialista como Observatório de Estatística e Económica África Subsaariana (AFRISTAT) realizou várias missões a favor do mecanismo de acompanhamento, em especial para dar formações específicas aos agentes intervenientes nacionais e contribuir para a estabilização dos instrumentos de acompanhamento e avaliação (indicadores). Sobre visitas de experiência, é de referir que os agentes nacionais de acompanhamento, foram a Moçambique para estudar de perto as experiências aí decorridas nesse domínio.

Finalmente, o próprio projecto, financiou algumas vezes, os custos operacionais para o funcionamento do Observatório: a compra de componentes de informática consumíveis, por exemplo. Esta situação inesperada, resulta da existência dos recursos financeiros limitados colocados à disposição do ORP pelo Estado que deveria ainda controlar a estrutura no seio do quadro do seu orçamento operacional corrente.

Em relação ao Instituto Nacional de Estatística, também o projecto pôs à sua disposição uma ajuda importante em recursos informáticos. O pessoal do INE beneficiou igualmente de processo de reforço das competências técnicas iniciado pelo projecto em benefício das partes intervenientes no mecanismo de acompanhamento. Finalmente, o instituto também beneficiou de especialistas externos que o projecto mobilizou para acompanhar a recolha de dados como o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) e os Inquéritos às famílias.

O Departamento de Planeamento tem sido acompanhado pelo Projecto através do processo de capacitação relacionada com o quadro das actividades específicas: Desenvolvimento do Plano de Acção Prioritário, como parte da implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza; Quadro de Programação/Custo baseado nos OMDs; Elaboração de novo Plano de Desenvolvimento Estratégico e Redução da Pobreza (PSDRP/2010-2015).

Dentro do quadro daqueles 3 exercícios, o Projecto apoiou o Departamento em matéria das consultas gerais ou sectoriais indispensáveis para uma boa participação e apropriação dos

produtos e serviços. Também mobilizou especialistas externos trazidos por consultores nacionais e internacionais que trabalharam com a equipa do Departamento e de outros intervenientes, para realizar os exercícios em questão ao nível onde se encontra actualmente.

Produções intelectuais

O projecto tem como objectivo as seguintes produções “intelectuais”: Plano de Acções Prioritárias da PRSP; Os relatórios anuais do seguimento da implementação da PRSP; Segundo Relatório Nacional sobre os OMDs; Quadro de programação baseado nos OMDs.

Dentro do quadro operacional de implementação da Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza, o Plano de Acção Prioritário (PAP) foi desenvolvido, mas somente para um ciclo de três anos (2006-2008). Este instrumento que devia ser importante e renovada a cada ano, mas esta dimensão dinâmica não foi valorizada. Com base no PAP (2006-2008), dois relatórios de desempenho foram elaborados (2007 e 2008) sob a responsabilidade do Observatório e em colaboração com outras partes intervenientes, tais como os pontos focais sectoriais.

A análise destes produtos “intelectuais” mostra um esforço real institucional no acompanhamento dos investimentos. Contudo, eles sofrem também da falta de dados actuais, especialmente no que concerne aos indicadores específicos para o seguimento da pobreza. A mesma observação aplica-se duas vezes para o segundo Relatório sobre o Desenvolvimento do Milénio, que foi produzido em 2007. Também observamos uma falta de estabilidade na base de indicadores utilizados. Os 50 indicadores utilizados oficialmente na base nacional, não são todos utilizados nos relatórios de acompanhamento. Para os indicadores realmente presentes nos relatórios de acompanhamento, também constatamos que eles não são coerentes de um ano para outro, embora o mecanismo de seguimento fosse projectado para evitar aquelas disparidades.

Para o quadro de programação baseados nos OMDs, o processo ainda está a ser implementado. Em 2007-2008, o exercício foi realizado, incluindo a programação do custo para quatro sectores: Educação, Saúde, Agricultura, Água e Saneamento. O exercício em decurso cobre dois novos sectores (Infra-estrutura energia e género), e também a actualização dos primeiros quatro sectores que já haviam sido contemplados. Deve ser dito que existe falta de dados actualizados, o inquérito sobre as famílias que será realizado em 2010, deverá ajudar a resolver este problema de dados.

Finalmente, embora não tenha sido inicialmente previsto pelo projecto, está em curso a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento e a Redução da Pobreza (PSDRP). Actualmente, um primeiro documento está disponível que corresponde a um relatório provisório. A finalização do PSDRP poderá, porém, ser prejudicada pelo facto do Estado pretender agora desenvolver um novo documento de política de desenvolvimento mais operacional e para um horizonte temporal mais curto.

Com esses produtos “intelectuais”, o projecto também devia, juntamente com outros parceiros financeiros e estratégicos, acompanhar o Instituto Nacional de Estatística na realização de um Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) e de um Inquérito às famílias. O relatório provisório do IDS deveria ser partilhado em Dezembro de 2009 e a versão final ser entregue em Maio de 2010. O inquérito às despesas das famílias é estratégico na medida em que deve permitir a disponibilidade de novos dados sobre a pobreza, actualizar o cabaz de consumo que determina o índice de preços harmonizado, e publicar os indicadores chaves de Contas Nacionais. O exercício deve ser realizado em 2010.

5.4. Avaliação do impacto do projecto

A avaliação do impacto não mede só se os objectivos foram alcançados, mas também avalia os efeitos pretendidos nos beneficiários directos. Também inclui uma gama completa dos impactos em todos os níveis da cadeia de resultados, incluindo o efeito sobre as famílias, as comunidades, as instituições, os sistemas técnico ou social, o meio ambiente. Em termos de um simples modelo lógico, podem existir múltiplos resultados intermédios de curto e médio prazos ao longo do tempo que, eventualmente, podem ter impacto, alguns ou todos eles podem estar incluídos na avaliação do impacto, num momento específico. Aqueles impactos podem ser apreciados a vários níveis: a *interface* entre o país e seus parceiros de desenvolvimento, as inovações institucionais e o desenvolvimento das competências técnicas nacionais, em particular.

O projecto ajudou o país a organizar uma Mesa Redonda de doadores de fundos em 2005. Este evento permitiu que São Tomé e Príncipe retomasse contactos com os seus parceiros financeiros e técnicos baseados numa forma interactiva, o que facilita compromissos mútuos. Este tipo de encontro é sempre um momento de cooperação privilegiada porque permite aos parceiros registar os seus projectos de intervenção num quadro de programação concertada que promove a colaboração da subsidiariedade entre as partes intervenientes. Desse ângulo, através da Mesa Redonda em 2005, o projecto certamente vai impulsionar o diálogo entre o país e a comunidade financeira internacional.

O projecto tem contribuído para o surgimento de um mecanismo de acompanhamento e avaliação dos esforços do Estado e dos seus parceiros para a redução da pobreza e desenvolvimento. O Estado como um todo, ao nível político e ao mais alto nível técnico, tem-se esforçado para institucionalizar gradualmente a exigência do acompanhamento e da avaliação para medir o progresso feito de um ano para outro em matéria de desenvolvimento e de luta contra a pobreza.

O mecanismo implementado é instituído sob a autoridade directa do Primeiro-Ministro juntamente com a participação de membros-chaves do Governo. O mecanismo também mostra a vantagem de ser aberto à sociedade civil, mesmo que seja a nível consultivo. As estruturas nacionais de desenvolvimento responsáveis pela implementação operacional dos programas de investimento, também são conhecidas por participar no mecanismo através de uma comissão multi-sectorial e dos pontos focais (embora, na realidade, esta parte do dispositivo não tenha funcionado bem).

A criação do Observatório da Redução da Pobreza (ORP) constitui uma inovação com uma certa repercussão institucional. A ORP é o centro de coordenação da nova função de acompanhamento e avaliação, o projecto dotou-a com componentes logísticas e de outros equipamentos (informática e escritório, etc.). O Governo, por seu turno, disponibilizou dois peritos.

Saliente-se que para além dos elementos postos recentemente à disposição do dispositivo, constam como colaboradores e como usuários, estruturas tradicionais e que são naturalmente partes relevantes para o seu funcionamento, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Departamento de Planeamento (DP) no seio do Ministério da Economia e Finanças e, de uma forma mais geral, outros ministérios e serviços sectoriais, sem os quais um sistema de recolha de dados e de monitorização não poderá ser suficientemente eficiente.

A criação do mecanismo de acompanhamento que foi descrito traduz um impacto institucional tangível, o seu objectivo real, contudo está limitado pelas dificuldades de funcionamento que o mecanismo encontrou. Enquanto o ORP dispõe de poucos recursos humanos (dois peritos) no seu seio, os pontos focais que deviam centrar uma grande parte da sua acção em termos de recolha e tratamento sectorial de informações de base, não funcionaram bem. Na realidade, foram entregues à responsabilidade de indivíduos em vez de serem também da responsabilidade das instituições.

A falta de eficácia dos pontos focais resultou de um duplo problema, devido à falta de recursos e ao problema de autoridade. Os recursos e a logística de que necessitavam para ser mais úteis ao mecanismo, foram disponibilizados tanto pelo projecto como pelas estruturas a que pertenciam. Mas havia também um problema de reconhecimento na base do governo, que se mostrou, em definitivo, pouco cooperante quando era necessária a comunicação de informações que os pontos focais deveriam recolher.

Em termos de estruturas já existentes de planeamento e estatísticas, o projecto teve impactos comprovados em termos de desenvolvimento institucional. O INE e o DP foram significativamente reforçados nas suas competências para desempenharem as suas funções tradicionais. Os recursos humanos foram os mais reforçados, esta acção é acompanhada igualmente por apoios materiais no que concerne ao Instituto. É indiscutível que, após as suas participações no projecto, essas duas estruturas adquiriram mais competências para conduzirem as suas missões respectivas de planeamento/programação para o DP, e recolha/gestão de estatísticas para o INE.

Capitalizando esta dinâmica, o Departamento de Planeamento e o Instituto Nacional de Estatística também se envolveram num movimento de reestruturação necessário para consolidar as suas competências na orientação de políticas de desenvolvimento do país. O Departamento de Planeamento trabalhou num novo Esquema Nacional de Planeamento Económico e Social, que foi aprovado por decreto-lei e que está articulado em torno de um Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (de acordo com a duração da legislatura, 4 anos), de um Quadro de Despesas a médio prazo, de um Plano Anual que faz ligação entre o ano anterior e o ano seguinte em termos de investimentos e de resultados, e do Orçamento Geral da Estado.

O artigo 7º do capítulo 4º do decreto-lei estabelece o princípio de "a elaboração de relatórios anuais sobre a execução dos planos anuais". Além disso, o artigo 10º do mesmo capítulo prevê em cada ministério a implementação de um "serviço técnico de planificação sectorial", que será articulado com a planificação central. Esta disposição vem, sem dúvida, preencher o espaço deixado vago pela supressão dos pontos focais do Observatório da Pobreza.

O Instituto Nacional de Estatística, por sua vez acaba de completar a implementação de um plano de desenvolvimento estratégico. Ele contém, entre outras, reformas destinadas a estabelecer a autonomia da sua organização para fortalecer a sua eficiência. O plano, que ascende a dez milhões de dólares, ainda procura patrocinadores.

Os produtos intelectuais que o projecto ajudou a desenvolver também constituem elementos de impactos no sentido que eles são designados de uma forma geral como recursos documentários. São constituídos pelos seguintes documentos: Plano de Acções Prioritárias 2006-2008; Relatório de Progresso do PAP/PRSP, 2007; Relatório de Progresso do PAP/PRSP, 2008; 2 Relatório Nacional sobre os OMDs; 4 documentos Programação/custo baseado sobre os OMDs

(Educação, Saúde, Agricultura, Água Saneamento); Relatórios Inquérito Demográfico e de Saúde (provisório); Relatório do Inquérito às Famílias (esperado para 2010). Estes recursos documentários, apesar das limitações técnicas mencionadas anteriormente neste relatório, irão contribuir para melhorar, de uma forma geral, a base de dados da estatística nacional. Aquele recurso contribuirá na facilidade da formulação e da avaliação de políticas, programas e projectos que surgirão. Também ajudará o país a ter bases de dados para melhor se aproximar dos seus parceiros de desenvolvimento e na captação de recursos adicionais para financiar o seu desenvolvimento.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar que o projecto injectou cerca de 620 000 USD a nível global. Se extrairmos deste montante os salários pagos aos consultores internacionais, o restante dos pagamentos foi realizado para o benefício dos agentes económicos locais, sejam pessoas individuais ou pessoas colectivas. Neste contexto e tendo um ponto de vista estritamente económico, o projecto, tendo em conta os seus recursos, contribuiu para o financiamento da economia nacional de São Tomé e Príncipe no período 2005-2009.

5.5. Avaliação da sustentabilidade do projecto

A questão da sustentabilidade dos impactos atrás descritos remete-nos, num segundo plano, para a questão da qualidade do processo que o projecto acompanhou. O mecanismo acompanhamento/avaliação criado é um dos resultados mais concretos alcançados através do apoio do PNUD, no âmbito do Projecto. Podemos, a este nível, distinguir a forma segundo a qual o mecanismo foi criado e o que representa no seu princípio.

O mecanismo foi já modificado a partir do seu conceito original, na medida em que foi dispensado de seus pontos focais sectoriais, que rapidamente se revelaram ineficazes. Para além destas ligações do dispositivo, o próprio Observatório aparenta estar pouco integrado no ambiente institucional nacional. Ele é visto mais como um *electrão solto*, uma vez que não é provável para este instrumento, que lhe seja permitido criar um valor acrescentado antecipado. Esta situação, expressa fraqueza institucional, na medida em que o Governo se dispôs a disponibilizar meios parcos: uma equipa mínima composta por dois peritos e um fundo de maneo escasso.

No entanto, estes erros factuais deixaram intacto o facto de que, dentro do seu princípio, o mecanismo se destina, certamente, a tornar-se permanente. Contribuirá para difundir no seio de São Tomé Príncipe a cultura dos quadros operacionais, de medição de políticas, de programas e de projectos. Além disso, o Governo adoptou, por decreto um novo Esquema Nacional de Planeamento Económico e Social, o que permite o acompanhamento e a avaliação periódica dos investimentos planificados. Para melhor esclarecer esta função de medição e acompanhamento, o decreto prevê a criação de serviços técnicos de planificação sectorial no seio de cada ministério. Já um parceiro como a União Europeia (UE) pretende apoiar o Departamento de Transportes e Obras Públicas, a dotar-se desse serviço e a torná-lo operacional.

O outro grande impacto deixado pelo projecto diz respeito à capacitação das instituições chaves intervenientes no projecto, ocorridas, na Direcção de Planeamento e no Instituto Nacional de Estatística. As competências adicionais enriquecedoras daquelas instituições e decorrentes do projecto são muito importantes porque são decisivas na implementação de novas políticas e estratégias de desenvolvimento. Se o DP e o INE não forem colocados em posição de

desempenhar as suas funções adequadamente, nenhuma eficácia efectiva poderá estar aliada à acção do Estado e dos seus parceiros técnicos e financeiros.

A viabilidade do processo de aquisição de competências do projecto é todavia dificultada por duas limitações. A primeira diz respeito ao facto do reforço das competências não ser suficientemente estendida nos departamentos sectoriais, sem o qual o nível central, representado pelo DP e pelo INE, não poderá ser eficaz. Certamente, que os pontos focais estiveram envolvidos em acções de formação quando aquelas ocorreram, mas aquelas ligações eram demasiado isoladas para difundir todo o seu impacto potencial ao nível das estruturas a que pertenciam.

Outra limitação que pode prejudicar a sustentabilidade dos resultados da capacitação está na mobilidade das estruturas de pessoal. Há uma tendência, fortemente acentuada no Instituto Nacional de Estatística, para os funcionários com bom nível de formação profissional saírem, atraídos por outras estruturas mais capazes de recompensar as suas competências. Embora esta seja uma constante em qualquer mercado competitivo, o fenómeno é também amplificado pela incapacidade de conter as perdas por motivos políticos de detenção quadros.

Uma questão final que é susceptível de prejudicar a sustentabilidade dos resultados do Projecto é a relativa fraqueza de apropriação nacional, que não dá continuidade aos projectos depois da acção de parceria do PNUD ter terminado. Há, de facto, no ambiente institucional local, uma propensão para considerar os programas e projectos como iniciativas de doadores. E neste contexto, os agentes locais pensam que não estão no direito de se comprometerem em projectos derivados das iniciativas dos doadores cujo, parte das receitas, é capaz de remunerá-los. Como ilustração, os pontos focais geralmente têm invocado, entre outros, a falta de motivação financeira para explicar o seu mau desempenho no Projecto.

6. Actividades Desenvolvidas no âmbito do Estágio curricular

O estágio foi desenvolvido numa das agências das Nações Unidas, nomeadamente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mais especificamente na área do programa da organização, na cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, com um período de duração de 6 meses, cujo objectivo é o de:

- Proporcionar ao estagiário, de acordo com a sua área académica, a possibilidade de melhorar e de aprofundar a sua experiência educacional, através da atribuição de trabalhos práticos.
- Expor o estagiário a um ambiente de trabalho internacional.
- Colocar o estagiário ao serviço da Organização com o objectivo de aprofundar o conhecimento e a compreensão dos objectivos, princípios e actividades da mesma.
- Integrar o estagiário, de acordo com o seu ramo de qualificação, na prestação da assistência da Organização.

As principais tarefas desenvolvidas na entidade de acolhimento durante o período de estágio podem ser agrupadas da seguinte forma: Realização de pesquisas; Análise e selecção de informação; Recolha e análise de informação estatística; Participação em entrevistas; Redacção e elaboração do documento; Auxílio na organização e participação nas conferências, fóruns e noutros eventos de colaboração do PNUD.

Numa primeira fase do estágio, foram desenvolvidas actividades que se traduziram na realização de pesquisas e de consulta de documentos que visaram obter um maior conhecimento sobre a missão, papel e funcionamento do PNUD enquanto uma das agências mais importantes na ONU. Neste sentido, as actividades realizadas estavam relacionadas com o estudo dos domínios de intervenção do PNUD e do estudo dos diversos instrumentos que são utilizados na formação do quadro de programação do PNUD. Nesta primeira fase, também me foram atribuídas tarefas de consultas de documentos que permitissem obter um conhecimento sobre o desenvolvimento económico e social de São Tomé e Príncipe, a cultura e os costumes dos santomenses, bem como a estrutura política, programa e políticas de desenvolvimento do governo.

De forma a poder estar familiarizado com o quadro de programação do PNUD, onde estão definidos os objectivos e os domínios de intervenção desta organização, foram realizadas pesquisas e analisados documentos que descrevem os principais instrumentos utilizados pelo PNUD para definirem as suas áreas de intervenções de assistência, sendo um deles o CCA, um instrumento utilizado pela ONU para analisar a situação corrente do desenvolvimento económico e social de São Tomé e Príncipe e identificar as questões chaves para o desenvolvimento, e o outro instrumento é o UNDAF, documento que resulta de um processo dos esforços conjuntos do UNCT e do Governo que tem como objectivo de constituir um instrumento eficiente para abordar os desafios e definir estratégias de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe durante o ciclo de período de 2007-2011 de assistência da ONU.

Em seguida foram desenvolvidas tarefas que dizem respeito ao Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano sobre São Tomé e Príncipe 2008, como sendo um dos principais instrumentos utilizado pelo PNUD na advocacia da definição de políticas nacionais de desenvolvimento. As actividades desenvolvidas estão relacionadas com a participação em conjunto com o responsável na execução de tarefas na preparação do material com vista a apresentação oficial do Relatório do Desenvolvimento Humano sobre São Tomé e Príncipe de 2008, sendo o tema deste ano “A Problemática da Terra e o Desenvolvimento Humano Sustentável” e aborda uma das problemáticas mais relevantes, não só para o desenvolvimento do país, mas também para o conjunto da Humanidade.

Numa fase posterior do estágio, houve uma abordagem com vista à familiarização com o processo de avaliação dos projectos financiados pelo PNUD. Tal foi feito através de um projecto, em particular, intitulado “*Appui à la mise en place des mécanismes de suivi de la Stratégie Nationale de Réduction de la Pauvreté*”, no âmbito do qual foram realizadas actividades de acompanhamento e de participação no processo de avaliação de projectos financiados pelo PNUD, através do apoio ao consultor internacional que foi responsável pelo processo de avaliação daquele projecto.

A participação no âmbito da avaliação daquele projecto foi centrada nas tarefas de recolha de um conjunto de informações sobre a execução do projecto com a participação nos diversos encontros com os parceiros nacionais envolvidos na execução do projecto. Os encontros foram realizados com a directora do INE e com os antigos pontos focais pertencentes ao Ministério do Planeamento e das Finanças, Ministério do Trabalho, ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ministério dos Recursos Naturais, Energia e do Ambiente, Administração Pública.

As recolhas de informações também foram efectuadas através de consultas dos principais documentos utilizados como instrumentos do PNUD para a definição das suas políticas de intervenção em São Tomé e Príncipe e dos relatórios de seguimento do *poverty reduction strategy paper* (PRSP) e dos relatórios de acompanhamento dos OMDs emitidos pelo Observatório Nacional da Redução da Pobreza de forma a identificar os pontos e os indicadores relevantes para o seguimento do PRSP e dos OMDs que devem constar naqueles relatórios. As consultas dos relatórios de seguimento foram acompanhadas com pesquisas de uma série de documentos e relatórios emitidos pelos diversos sectores e ministérios existentes em São Tomé e Príncipe relacionados com o projecto, nomeadamente os documentos que foram contribuídos pelos antigos pontos focais derivados das entidades em que estavam ligadas.

Ao longo do percurso do estágio, também foram atribuídas as tarefas que visam auxiliar o PNUD na organização e na participação de conferências, fóruns ou outros eventos de colaboração. Um desses eventos foi a apresentação oficial, pelo PNUD, do Relatório do desenvolvimento humano mundial 2009 intitulado "Ultrapassar as barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humano". Este evento, baseado no tema da mobilidade e migração e seus impactos sobre o desenvolvimento, teve como principal objectivo discutir este tema centrado sobre no caso de São Tomé e Príncipe. Neste evento, foram analisadas as principais tendências de migração recente e estatísticas disponíveis sobre o país, em que foram realizadas as comparações entre São Tomé e Príncipe, alguns estados insulares em desenvolvimento, os Países Africanos de Língua Oficial Português (PALOPs) e alguns países vizinhos.

Além disso, no âmbito do auxílio na organização de conferências, foi-me atribuída a tarefa de apoiar a organização através da participação numa reunião nacional de justiça, em São Tomé e Príncipe. A reunião demonstrou ser um verdadeiro fórum de discussão sobre o actual estado da justiça no país, onde foram destacadas as principais lacunas e os principais obstáculos para a prática de uma boa justiça em São Tomé e Príncipe. Esta reunião serviu também para preparar a futura reforma do sector. Adicionalmente, também me foi atribuída a tarefa de participar numa conferência organizada com o apoio do PNUD intitulada "Desenvolvimento e Liderança, o modelo de Singapura e inspiração para São Tomé e Príncipe" que teve como objectivo o de apresentar o factor da boa governação como sendo um dos factores mais importantes que determinam o crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento à luz do caso de Singapura.

Capítulo IV – Conclusão

1. Considerações Pessoais

Análise crítica das competências necessárias, adquiridas e que ficaram por adquirir

De acordo com os objectivos que me foram propostos no plano de actividades do relatório deverei reflectir sobre o conjunto de conhecimentos e competências necessárias adquiridas e que ficaram por adquirir ao longo do estágio por mim efectuado.

O domínio sólido de instrumentos de análise económica revelou-se crucial para poder analisar a situação sócio-económica do país e os impactos das políticas económicas na redução da pobreza e no crescimento económico. Ao longo do período do estágio foram aprofundados os conhecimentos sobre alguns conceitos económicos adquiridos no 2º ciclo e foram adquiridos conhecimentos acerca dos objectivos e das políticas operacionais do PNUD e das organizações internacionais interrelacionadas com aquela organização internacional. Além disso, foram adquiridas ou aprofundadas competências: capacidade de interagir num contexto internacional de trabalho; capacidade de exposição e de persuasão sobre um ponto de vista; capacidade de síntese; capacidade de interpretar as preferências reveladas pelos diferentes intervenientes no decurso das entrevistas levadas a cabo no âmbito do processo de acompanhamento e de avaliação dos projectos implementados com apoio da entidade de acolhimento.

Houve conhecimentos que ficaram por adquirir relacionados, por exemplo, com o processo de criação de projectos que possam cativar os interesses dos doadores para prestarem assistência no financiamento de projectos de desenvolvimento que visem contribuir para a realização dos objectivos a médio e longo prazos da entidade de acolhimento. Esses conhecimentos, que reputo de grande interesse, ter-me-iam permitido adquirir competências no domínio da elaboração daquele tipo de projectos, e uma maior sensibilidade para, no futuro, poder negociar com potenciais doadores.

Síntese da contribuição para o estágio dos conhecimentos e aprendizagem adquiridos no 1º Ciclo e parte lectiva do 2º Ciclo de estudos

Os conhecimentos e as aprendizagens adquiridos no 1º e 2º ciclo contribuíram de forma decisiva para o meu desempenho no estágio, principalmente aqueles que foram adquiridos durante 2º ciclo. Os conhecimentos e aprendizagem académicos serviram de instrumentos essenciais para análise da situação económica e social que São Tomé e Príncipe enfrenta. Além disso, permitiram compreender a forma de funcionamento da entidade de acolhimento, que opera num contexto que possui as características de um país em vias de desenvolvimento, problemática que foi analisada na parte lectiva do 2º ciclo. Tais conhecimentos permitiram também a realização de investigação relacionada com a situação económica e social de São Tomé e Príncipe que se traduziu na análise dos principais indicadores económicos e no estudo dos principais factores de crescimento económico, de modo a colaborar nas actividades e na avaliação dos projectos da organização no alcance dos seus objectivos.

Balanço do valor acrescentado pelo estágio para a formação do estagiário e para a entidade de acolhimento

O balanço do valor acrescentado pelo estágio para a formação do estagiário e para a entidade de acolhimento foi positivo. A realização do estágio permitiu um contacto profissional do ambiente de trabalho existente nas organizações internacionais deste tipo, o que proporcionou um maior enriquecimento tanto ao nível pessoal e como ao nível profissional.

Este estágio possibilitou-me um enriquecimento a nível profissional quer em conhecimentos quer em competências que se reflectirá no curriculum vitae, permitindo futuramente uma inserção mais fácil no mercado de trabalho. É de realçar que se tratou de uma experiência enriquecedora através do contacto directo com o mundo de trabalho, que possibilitou o aprofundamento das minhas competências técnicas, de modo a poder realizar as tarefas que foram desenvolvidas durante o período de estágio. Além disso, este estágio permitiu-me obter um maior conhecimento sobre as políticas e os instrumentos utilizados pelo PNUD nos países em vias de desenvolvimento, agilizando a adaptação a uma organização internacional deste género, no futuro.

Ao nível pessoal, o ambiente internacional de trabalho constituído por colegas oriundos de diferentes regiões do mundo, ambiente esse que é mais facilmente proporcionado por uma organização desta natureza, possibilitou ao estagiário a realização de uma experiência de intercâmbio de visões, culturas e de conhecimentos sobre a forma de como opera uma grande instituição internacional como é o caso do PNUD. Além disso, permitiu-me ter uma perspectiva mais rigorosa dos problemas económicos e sociais que São Tomé e Príncipe enfrenta.

Para a entidade de acolhimento penso que o meu contributo foi uma mais-valia, uma vez que este estágio possibilitou a minha assistência na colaboração com a organização. O desempenho das tarefas propostas pelo orientador do estágio da entidade de acolhimento com vista a contribuir para a realização dos objectivos da entidade de acolhimento, no âmbito de seus domínios de intervenção na assistência a São Tomé e Príncipe baseou-se fundamentalmente nos meus conhecimentos educacionais adquiridos na universidade.

2. Alguns comentários sobre o futuro de São Tomé e Príncipe

Ao longo do estágio, por via dos estudos empreendidos sobre a situação económica e social de São Tomé e Príncipe, bem como por via das actividades do PNUD que analisei ou em que participei cheguei à conclusão que há uma hierarquia de importância dos factores de crescimento para este País. Considero que as Instituições, mormente a instituição Estado é o factor crucial no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Na realidade, estando para breve a transformação do país num produtor de petróleo, se não forem acauteladas as condições essenciais ao funcionamento de um Estado de direito que através dos Governos legitimamente eleitos presta contas aos cidadãos é de temer a deriva em direcção a um Estado predador.

A realização do *Outcome 2 (Em 2011, as instituições públicas asseguram a protecção dos direitos humanos, a equidade na distribuição dos recursos naturais e o diálogo sustentável com a sociedade civil)* será ainda mais crucial na medida em que o país se vai transformar num produtor de petróleo. As receitas do petróleo que serão geradas poderão ser de tal magnitude

que será necessário criar novas organizações socioeconómicas. Para que o país tenha êxito para, por si próprio, sair do ciclo de pobreza em que tem estado aprisionado, é essencial que a relação entre o Estado e a sociedade civil centrada no desenvolvimento das capacidades dos santomenses se aprofunde. Tal só será possível se houver participação democrática, se forem lançadas as bases para o fortalecimento de um Estado de direito. É também nossa opinião que o Estado e os seus órgãos em cooperação com a sociedade civil, a ONU, os doadores e outros parceiros terão um papel chave a desempenhar no estabelecimento de tal relação.

Uma sociedade civil próspera é uma condição prévia indispensável a uma sociedade mais equitativa, mais humana e mais pluralista que saberá preservar e salvaguardar os direitos humanos. É necessário, por consequência, reforçar as capacidades das organizações da sociedade civil na defesa de políticas em favor dos pobres a todos os níveis e na promoção das alianças entre o Estado, os mercados e a sociedade civil para facilitar a eliminação da pobreza. As organizações da sociedade civil, e em particular as ONGs, têm um papel catalisador na transformação de uma agenda orientada no sentido da sustentabilidade e baseada no ser humano.

Naturalmente que a senda do desenvolvimento exige que os conhecimentos económicos sejam postos ao serviço dessa causa. É imprescindível um serviço estatístico de qualidade que proceda à recolha e tratamento dos dados. Na sua ausência, as políticas a implementar carecem de uma base sólida. Nesse sentido o reforço das competências das instituições nacionais, através da construção de uma base de dados actualizada e com mais informações sobre indicadores económicos é necessário com vista às políticas de redução da pobreza acordadas pelo Estado de São Tomé e Príncipe, nomeadamente as políticas dos OMDs e da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza (PRSP). Essa informação estatística é crucial para a monitorização e avaliação daquelas políticas já implementadas de molde a permitir o alcance dos seus objectivos e que permitam a implementação de políticas no futuro, adaptadas a realidade existente em São Tomé e Príncipe de uma forma eficiente.

Referência Bibliográfica

African Development Bank. (2001). *Perfil da pobreza em São Tomé e Príncipe*. ADB. São Tomé.

Artadi, E. e Sala-i-Martin, X. (2003). *The economic tragedy of the XXth century: growth in Africa*. Working Paper nº 9865, NBER. Cambridge.

Banco Central São Tomé e Príncipe. (2009). *Balança comercial*. BCSTP. São Tomé. Disponível em: <http://www.bcstp.st>.

Derviş, K.(2005). *A Better globalization legitimacy, governance, and reform*. 1ª edição, Center for Global Development. Washington D.C.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2002). *FAOSTAT on-line statistical service*. FAO. Rome. Disponível em: <http://apps.fao.org>.

Instituto Nacional de Estatística. (2006). *São Tomé e Príncipe em números*. Disponível em: <http://www.ine.st>.

International Cocoa Organization. (2010). *Cacao prices*. ICCO. London. Disponível em: <http://www.icco.org>.

International Monetary Fund. (2009). *IMF Country Report No. 09/106*. IMF. Washington D.C. Disponível em: <http://www.imf.com>.

International Monetary Fund. (2010). *IMF Country Report No. 10/100*. IMF. Washington D.C. Disponível em: <http://www.imf.com>.

International Monetary Fund. (2010). *World economic outlook*. IMF. Washington D.C. Disponível em: <http://www.imf.com>.

Ministério de Plano e Finanças. (2002). *Estratégia nacional de redução da pobreza*. MPF. São Tomé.

Ministério de Plano e Finanças. (2007). *Relatório anual de seguimento da implementação da estratégia nacional de redução da pobreza*. MPF. São Tomé.

Ministério de Plano e Finanças. (2008). *Relatório anual de seguimento da implementação da estratégia nacional de redução da pobreza*. MPF. São Tomé.

República Democrática de São Tomé e Príncipe. (2006). *Consulta sectorial: governação*. RDSTP. São Tomé.

República Democrática de São Tomé e Príncipe. (2006). *Consulta sectorial: educação e formação*. RDSTP. São Tomé.

República Democrática de São Tomé e Príncipe. (2006). *Consulta sectorial: infra-Estruturas e energia*. RDSTP. São Tomé.

- Rodrik, D. (2003). *In search of prosperity*, 1ª edição. Princeton University. Princeton, New Jersey.
- Sachs, J. (2004). Ending Africa's Poverty Trap. Em: G. Perry e W. Brainard, (eds.), *Brookings Papers on Economic Activity*, Brookings Institution.
- Sala-i-Martin, X. (2006). *The Enduring Elixir of Economic Growth: Xavier Sala-i-Martin on the Wealth and Poverty of Nations*. World Economics, 7:73 – 130.
- United Nation Country Team. (2005). *Common Country Assessment in Sao Tome and Principe*. UNCT. São Tomé e Príncipe.
- United Nations Development Programm. (1995). *O limiar da pobreza em São Tomé e Príncipe*. UNDP. São Tomé.
- United Nations Development Programm. (1999). *Manuel de programmation du PNUD*. UNDP. New York.
- United Nations Development Programm. (2004). *Appui à la mise en place des mécanismes de suivi de la Stratégie Nationale de Réduction de la Pauvreté*. UNDP. São Tomé.
- United Nations Development Programm. (2004). *HandBook of monitoring and evaluating for results*. UNDP. New York.
- United Nations Development Programm. (2006). *Country programme action plan 2007-2011*. UNDP. São Tomé.
- United Nations Development Programm. (2008). *Manual de execução nacional*. UNDP. São Tomé e Príncipe.
- United Nations Development Programm. (2009). *HandBook of plannig, monitoring and evaluating for developments Results*. UNDP. New York.
- United Nations Development Programm. (2009). *Human development report 2009: overcoming barriers*. UNDP. New York.
- United Nations. (2009). *Guidelines for UN country teams on preparing a CCA and UNDAF*. UN. New York.
- World Bank. (2008). *Worldwide governance indicators*. WB. Washington D.C. Disponível em: <http://info.worldbank.org/governance>.
- World Bank. (2009). *Doing business 2009: country profile for São Tomé and Principe*. WB. Washington D.C.
- World Bank. (2010). *Doing business 2010: reforming through difficult times*. WB. Washington D.C.
- World Economic Forum. (2009). *The Africa competitiveness report 2009*. WEF. Geneva.

Anexos

Anexo 1: Projectos em concluídos ou em decurso no PNUD.			
Domínio da Boa Governação			
Project ID	Título	Duration	Status
00060213	Modernização “Registo e Notariado”	Mai. 2007 – Dez. 2009	Em curso
00058940	Advocacia para a Equipa de Género		Em curso
00057055	Formação dos Oficiais da Justiça	Mai. 2007 – Dez. 2008	Em curso
00056982	Reforço das capacidades políticas e institucionais das autoridades locais e a actualização da legislação	Mai.2007 – Dez. 2008	Em curso
00055304	Promoção da democracia e da prestação de contas públicas para São Tomé e Príncipe	Mai. 2007 – Dez. 2008	Em curso
00014841	Elaboração do Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano	Mai. 2000 – Dez. 2009	Em curso
00063824	Apoio ao 6º Programa do País 2007-2011	Out. 2008 – Dez. 2009	Em curso
00070188	Strengthening Leadership	Mai 2009 – Dez 2010	Em curso
Domínio da Redução da pobreza			
Project ID	Título	Duration	Status
00054593	Assistência técnica para reforçar as capacidades no seio do Ministério do Comercio	Mai. 2007 – Oct. 2008	Em curso
00054592	Assistência técnica para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas – Abordagem guichet único	Mai. 2007 – Mai. 2010	Em curso
00050445	Melhoria do fornecimento da qualidade da carne através da parceria tripartida envolvendo o sector Público, Privado, a Sociedade Civil e as Comunidades de base	Out. 2006 – Dez. 2009	Em curso
00041583	Apoio da implementação dos mecanismos de acompanhamento da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza	Mai. 2005 – Dez. 2009	Em curso
00014851	Apoio às comunidades de base em matéria da boa governação local e da redução da pobreza	Mai. 2005 – Dez. 2009	Em curso
Domínio da Protecção Ambiental			
Project ID	Título	Duração	Status
00057358	Elaboração do 4º Relatório sobre a Biodiversidade em São Tomé e Príncipe	Fev.2007- Out. 2009	Em curso
00056869&00070415	Programa Nacional sobre a Educação Ambiental & Mitigação/Adaptação das mudanças climáticas	Jun. 2007 – Dez. 2009	Em curso
00054804	Implementação do Protocolo de Monte Real - Programa de Assistência Técnica	Fev. 2007 – Jan. 2009	Completo
00050932	Elaboração da Estratégia e do Plano de Acção para a prevenção da diversificação e degradação dos solos	Fev. 2008 – Dez. 2008	Em curso
00050191	Elaboração do 2ª Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas em São Tomé e Príncipe	Nov. 2006 – Dez. 2009	Em curso
00048010	Elaboração do 3º Relatório Nacional sobre a Biodiversidade em São Tomé e Príncipe	Fev. 2007 – Mar. 2009	Em curso
00039377	Auto Avaliação das Capacidades Nacionais	Jun. 2006 – Dez. 2008	Em curso

Anexo 2: Avaliação no PNUD deve ser:

Independente – A gestão não deve impor restrições no objectivo, conteúdo, comentários e recomendações dos relatórios de avaliação. Os avaliadores devem estar livre dos conflitos de interesse.

Intencional – A base da racionalidade para uma avaliação e decisão ser clara desde do início.
Transparente – A consulta significativa com os stakeholders é essencial para a credibilidade e utilidade da avaliação.

Ética – A avaliação não deve reflectir o interesse pessoal ou sectorial. Os avaliadores devem ter integridade profissional, respeitar os direitos individuais e das instituições para promover informação confiante, e ser sensível para as crenças e costumes do ambiente social e cultural local.

Imparcial - A remoção de pré-conceitos e a maximização da objectividade são cruciais para a credibilidade da avaliação e as suas contribuições do conhecimento.

De alta qualidade - Todas as avaliações devem ter um mínimo padrão de qualidade definido pelo Escritório de Avaliação.

Oportuno - As avaliações deve ser concebidas e completadas de forma atempada, de modo a garantir a utilidade dos resultados e recomendações.

Útil - A avaliação é uma disciplina de gestão que visa fornecer informações a serem utilizados para tomada de decisão baseada em factos. Para aumentar a utilidade das conclusões e recomendações, os principais stakeholders devem estar comprometidos em várias formas na realização da avaliação.

Fonte: UNDP, 'The Evaluation Policy of UNDP', Executive Board Document DP/2005/28, Maio 2006. Disponível em: <http://www.undp.org/eo/documents/Evaluation-Policy.pdf>.

Anexo 3: Resumo dos objectivos alcançados pelo projecto.		
Nº	Resultados Esperados	Realizados
1	Organização de uma Mesa Redonda dos doadores para o país	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesa Redonda de doadores para STP organizada no final de 2005 em Bruxelas, Bélgica
2	Implementação efectiva de uma estrutura de acompanhamento da PRSP e dos OMDs	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Observatório criado por decreto 35/05 do 21/12/2005 ▪ Comité Técnico Multisectorial criado pelo mesmo decreto ▪ Pontos Focais criados pelo mesmo decreto ▪ Conselho interministerial criado pelo mesmo decreto ▪ Conselho Consultivo criado pelo mesmo decreto
3	Reforço das capacidades do sistema estatístico nacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação no seguimento – avaliação/ estatísticas realizadas aos agentes dos serviços intervenientes : Observatório ; Pontos focais ; INE ; DP ▪ Visitas de experiências na sub-região organizada ▪ Equipamentos informáticos e recursos logísticos disponibilizados (Observatório/INE)
4	Implementação de um sistema produtor de informação e de análise regular dos indicadores relevantes no quadro do seguimento da PRSP e dos OMD	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadro institucional criado em torno de 2 tipos de estruturas (novas e antigas) <ul style="list-style-type: none"> ✓ Novas : Conselho Interministerial ; Conselho Consultivo ; Observatório ; Comité Técnico Multisectorial ; Pontos Focais ✓ Antigas : INE ; DP ; Outras Administrações técnicas ▪ Equipamentos informáticos disponibilizados ao Observatório ▪ Programação/Custo baseado nos OMD iniciados mas não realizados
5	Actualização e difusão apropriada do PRSP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PAP 2006-2008 da PRSP elaborada ▪ Draft de um novo PEDRP ▪ Encontros de partilha iniciado pelo ORP
6	Elaboração e difusão anual dos relatórios de avanço da PRSP e dos OMDs	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório 2007 de seguimento PAP-PRSP elaborado ▪ Relatório 2008 de seguimento PAP-PRSP elaborado ▪ 2º Relatório de seguimento dos OMDs elaborado em 2007
7	Apoio ao quadro institucional de seguimento avaliação da PRSP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipamento informático e material do escritório disponibilizados ao ORP e ao INE ▪ Quadros das estruturas das partes intervenientes formadas no seguimento – avaliação / estatística

Fonte: UNDP, 2010.

